



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS
PPGEPE

JORDÂNIA DA CONCEIÇÃO SILVA

**AUTONOMIA FEMININA: A EXPERIÊNCIA DE PIQUIÁ DE BAIXO
DIANTE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PELA CADEIA DA
MINERAÇÃO**

IMPERATRIZ – MA
2025

JORDÂNIA DA CONCEIÇÃO SILVA

**AUTONOMIA FEMININA: A EXPERIÊNCIA DE PIQUIÁ DE BAIXO
DIANTE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PELA CADEIA DA
MINERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestra em Educação e Práticas Educativas – PPGEPE.

Orientadora: Profa. Dr.^a Betania Oliveira Barroso

IMPERATRIZ – MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Jordânia da Conceição.

Autonomia feminina : a experiência de Piquiá de Baixo
diante dos impactos socioambientais pela cadeia da
mineração / Jordânia da Conceição Silva. - 2025.
106 f.

Orientador(a): Betania Oliveira Barroso.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Educação e Práticas Educativas - Ppgepe/ccim, Universidade
Federal do Maranhão, Acailândia, 2025.

1. Cadeia da Mineração. 2. Impactos Socioambientais.
3. Autonomia Feminina. I. Barroso, Betania Oliveira. II.
Título.

JORDÂNIA DA CONCEIÇÃO SILVA

**AUTONOMIA FEMININA: A EXPERIÊNCIA DE PIQUIÁ DE BAIXO
DIANTE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PELA CADEIA DA
MINERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestra em Educação e Práticas Educativas – PPGEPE.

Aprovada em: 25 / 07 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Betania Oliveira Barroso (Orientadora e Presidente)
Doutora em Educação pela UnB
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^a Dr.^a Ilma Maria de Oliveira Silva (Examinadora Titular Interna)
Doutora em História pela UNISINOS
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

Prof. Dr. Witembergue Gomes Zaparoli (Examinador Titular Interno)
Doutor em Letras pela UFNT
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^a Dr.^a Herli de Sousa Carvalho (Membra Suplente Interna)
Doutora em Ciências da Educação pela UNINORTE
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo (Membro Suplente Externo)
Doutor em Ciência Política pela UFRGS
Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

À minha mãe, Maria de Lourdes (*in memoriam*), luz que brilha e me guia do reino divino desde 2011.

Ao meu pai, Antônio da Silva, pelo amor e incentivo. Tudo é por vocês. E ao Grupo de Mulheres Artesãs.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus, ao universo e aos encantados por me permitir trilhar essa jornada acadêmica repleta de desafios e carregada de significados. É uma caminhada cheia de aprendizados e desejo de um mundo melhor, espero ser canal de transformação no mundo, em especial no universo da educação.

Quero deixar registrado toda a minha gratidão ao meu eterno amigo, professor e orientador Jailson de Macedo Sousa por ter iniciado a orientação do meu Trabalho de Conclusão de Curso, por ter sido presente, presença, canal de incentivo e transformação na minha vida acadêmica. E falando em presença, que honra foi receber seu livro no sorteio no primeiro semestre das aulas do mestrado. Recebi como um sinal de boas-vindas para esta jornada. Saudades eterna.

Agradeço à professora Keilha Correia da Silveira por me acolher de forma tão linda e generosa e por ter continuado a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso após a partida do professor Jailson, ajudando-me a seguir em frente com minha pesquisa na graduação. Muiíssimo obrigada pelas horas de correção, conversas, discussões e pela valiosa colaboração no desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

À minha querida orientadora da dissertação, Betania Oliveira Barroso, pela condução amorosa e respeitosa deste processo de orientação e pelas valiosas contribuições a esta pesquisa. Agradeço por ser um canal de transformação neste mundo e por incluir todas e todos ao seu lado nessa jornada.

Sou grata a Mikael Carvalho, meu amor e companheiro de todas as horas, de todos os dias, de vida, de luta, de conquistas e dias difíceis, de tudo. Que compartilhe comigo as delícias e os perrengues da vida e do dia a dia. Sou grata por sempre me lembrar que tenho asas e por me incentivar a voar.

Às mulheres artesãs de Piquiá, que generosamente abriram as portas de seus saberes, compartilhando experiências, histórias e a autonomia que constroem no fazer cotidiano, minha mais sincera gratidão. Vocês são mais do que participantes nesta pesquisa: são inspiração, força criadora e presenças que deram sentido a cada linha escrita. A beleza e a potência com que tecem não apenas fios, mas também caminhos de resistência e afeto seguirão comigo, muito além das páginas desta dissertação.

Minha gratidão também à Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – Uemasul, de onde sou orgulhosamente cria, onde sou licenciada em Geografia e atualmente servidora. Agradeço especialmente pelo apoio e acolhimento ao longo da minha jornada no mestrado. Sem esse incentivo, certamente essa trajetória seria mais difícil.

Às professoras e aos professores que compuseram a Banca de Qualificação e de Defesa desta dissertação — Prof.^a Dr.^a Betania Oliveira Barroso, Prof.^a Dr.^a Ilma Maria de Oliveira Silva, Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo e Prof. Dr. Witembergue Gomes Zaparoli —, expresso minha sincera gratidão pelas valiosas sugestões, observações e contribuições generosas oferecidas ao longo deste processo. Cada orientação não apenas enriqueceu significativamente esta dissertação, como também representou uma oportunidade ímpar de aprendizado, que levarei para além dos limites acadêmicos. Sou imensamente grata por terem compartilhado seu tempo, conhecimento e sensibilidade humana e intelectual nesta etapa tão importante da minha formação. Levo comigo não apenas o que foi dito, mas o modo como fui olhada: com atenção, com escuta e com a delicadeza de quem acredita na potência do conhecimento compartilhado.

Por último, mas com igual relevância. Sou grata ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educacionais - PPGEPE pelo compromisso com uma educação crítica, transformadora e autônoma, prezando pela diversidade, valorizando as reflexões acerca das questões sociais e por ser espaço de construção de conhecimento que dialoga com as comunidades mais vulneráveis.

Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.

Simone de Beauvoir.

RESUMO

A década de 1960 marca o início de um período com significativas mudanças econômicas, sociais e ambientais na região amazônica. No sul do estado do Maranhão, grandes empreendimentos foram se apropriando de largas extensões de terra para exploração das riquezas naturais, desmatamento para criação de gado e instalações de siderúrgicas. Açailândia, um dos municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás, foi um dos alcançados por esses empreendimentos, em especial o bairro de Piquiá de Baixo - um dos mais atingidos no estado do Maranhão pela cadeia da mineração – onde importantes siderúrgicas se instalaram. Se de um lado a riqueza crescia para os donos dos empreendimentos, de outro, a população de Piquiá de Baixo buscava entender como lidar com os impactos e danos ambientais que acometiam as pessoas com problemas respiratórios entre outros problemas de saúde, bem como já se faziam notar na diminuição de peixes e na redução da produção das roças. A situação de vulnerabilidade socioambiental e os riscos à saúde decorrentes da intensa carga de poluição gerada pelas siderúrgicas, instaladas desde o final dos anos 1980, foram fatores que impulsionaram as moradoras e os moradores, a partir de 2005, a reivindicarem a defesa de seus direitos. Inúmeras foram as manifestações, mobilizações e denúncias que duas décadas depois resultariam no reassentamento das famílias para um outro bairro. As mulheres foram as principais protagonistas nesse processo. É a partir da resiliência das mulheres de Piquiá de Baixo, em especial do Grupo de Mulheres Artesãs, tendo como referência a produção de bordado livre, que buscaremos neste trabalho, resgatar a memória da luta da comunidade dialogando com autores que trabalham com pesquisas relacionadas à urbanização, território, grandes empreendimentos, impactos socioambientais e educação popular.

Palavras-chave: cadeia da mineração, impactos socioambientais, autonomia feminina.

ABSTRACT

The 1960s marked the beginning of a period of significant economic, social, and environmental changes in the Amazon region. In the southern part of the state of Maranhão, large enterprises began appropriating vast areas of land for the exploitation of natural resources, deforestation for cattle ranching, and the installation of steel plants. Açailândia, one of the municipalities crossed by the Carajás Railway, was directly affected by these developments — especially the neighborhood of Piquiá de Baixo, one of the most impacted areas in Maranhão by the mining chain — where major steel companies were established. While wealth increased for the business owners, the residents of Piquiá de Baixo were left to confront the consequences: environmental damage and a range of health problems, particularly respiratory issues, as well as a noticeable decrease in fish populations and agricultural productivity. The situation of socio-environmental vulnerability and health risks caused by the heavy pollution from the steel plants, operating since the late 1980s, drove residents — starting in 2005 — to organize and demand the defense of their rights. Numerous protests, mobilizations, and complaints were carried out, and two decades later, these efforts culminated in the relocation of families to a new neighborhood. Women played a central role in this process. It is through the resilience of the women of Piquiá de Baixo — particularly the Grupo de Mulheres Artesãs engaged in freehand embroidery — that this study aims to recover the memory of the community's struggle, in dialogue with scholars working on urbanization, territory, large enterprises, socio-environmental impacts, and popular education.

Keywords: socio-environmental impacts, women's autonomy, mining chain.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Mulheres de Piquiá nas suas primeiras atividades de artesanatos em 2012.....	38
Figura 2 – Mulheres artesãs em frente ao Clube de Mães, pós oficina de bordado livre.....	39
Figura 3 – Vista aérea do bairro, margeado pelas siderúrgicas e pela Estrada de Ferro Carajás.....	43
Figura 4 – Regiões de grandes projetos econômicos no Maranhão (1950 – 2010)	49
Figura 5 – Localização geográfica do município de Açailândia e comunidade de Piquiá....	52
Figura 6 – Piquiá de Baixo: proximidade entre as residências e as siderúrgicas	63
Figura 7 – Momento na oficina de bordado livre com as Mulheres Artesãs no Clube de mães Piquiá de Baixo.....	64
Figura 8 – Moradoras e moradores celebram conquista após 30 horas de manifestação em frente ao portão de uma das siderúrgicas.....	67
Figura 9 – Grupo de Mulheres Artesãs expondo alguns produtos em maio de 2023.....	68
Figura 10 – Registro do primeiro bordado desenvolvido pela autora	71
Figura 11 – Cartaz de divulgação da oficina de bordado livre que aconteceu em abril de 2023.....	72
Figura 12 – Um dos riscos para iniciar a oficina de bordado livre.....	73
Figura 13 – Materiais necessários para a oficina de bordado livre.....	73
Figura 14 – Integrante do Grupo de Mulheres Artesãs na oficina de bordado livre.....	75
Figura 15 – Integrante do Grupo no segundo ciclo da oficina de bordado livre.....	76
Figura 16 – Bordado finalizado na oficina de bordado livre.....	77
Figura 17 – Bordado finalizado na oficina de bordado livre.....	78
Figura 18 – Bordado inspirado em relato da integrante do Grupo de Mulheres Artesãs.....	80
Figura 19 – Bordado inspirado nos resultados da pesquisa.....	81

Figura 20 – Capa do e-book produzido a partir da experiência do Grupo de Mulheres Artesãs.....	85
Figura 21 – Conteúdo do e-book produzido a partir da experiência do Grupo de Mulheres Artesãs.....	86

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Composição das indústrias do polo siderúrgico de Açailândia – MA.....	51
--	----

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Produções científicas por ano do banco de dados da CAPES e Google Acadêmico.....	24
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMP – Associação dos Moradores de Piquiá de Baixo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCIM – Centro de Ciências de Imperatriz

EFC – Estrada de Ferro Carajás

FIDH – Federação Internacional dos Direitos Humanos

GERAMO – Grupo de Estudos Regionais da Amazônia Oriental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

JNT – Justiça nos Trilhos

MA – Maranhão

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

PGC – Programa Grande Carajás

PPGEPE – Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

UNB – Universidade de Brasília

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UEMASUL – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNIVATES – Centro Universitário Univates

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Hipótese	19
1.2 Justificativa	19
1.3 Caracterização do problema de pesquisa	20
1.4 Objetivos	21
1.4.1 Objetivo Geral	21
1.4.2 Objetivos Específicos	21
1.5 Dialogando com as produções acadêmicas: considerações sobre o Estado da Arte	22
1.5.1 Mapeamento das produções científicas	23
2 CAMINHO METODOLÓGICO	27
2.1 Enfoque materialista histórico-dialético da pesquisa	27
2.2 Abordagem qualitativa da pesquisa	29
2.3 A pesquisa-ação: uma ferramenta interventiva	30
2.4 Observação participante e roda de conversa	33
2.5 Sujeitas da pesquisa: Grupo de Mulheres Artesãs	37
3 AS BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA PESQUISA	41
3.1 Historicizando a cidade de Açailândia e a política desenvolvimentista	41
3.2 Aspectos históricos do processo de constituição e desenvolvimento de Açailândia – Maranhão	41
3.3 A formação territorial da comunidade de Piquiá de Baixo	45
4 APROXIMAÇÃO CONCEITUAL SOBRE AUTONOMIA EM PAULO FREIRE	51
4.1 Autonomia em Paulo Freire	52
5 A QUESTÃO DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PELAS MULHERES ARTESÃS DE PIQUIÁ	56
6 AUTONOMIA FEMININA E O MOVIMENTO ARTESANAL COMO FERRAMENTA DE EXPRESSÃO, MEMÓRIA E DENÚNCIA	62
6.1 Expressões dos ciclos do bordado livre	64
6.1.1 Primeiro ciclo de oficinas de bordado livre: os elementos do bordado e a autoestima das mulheres	64
6.1.2 Segundo ciclo de oficinas de bordado livre: a ruptura do “medo”	68
6.1.3 Terceiro ciclo de oficinas de bordado livre: o empoderamento das mulheres	72
7 O PRODUTO DA PESQUISA	75
7.1 Exposição Linhas e Lutas: A experiência de Autonomia das mulheres de Piquiá através do bordado livre	75
7.2 Criando um e-book a partir da experiência do Grupo de Mulheres Artesãs	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79

ANEXO A

ANEXO B

ANEXO C

MEMORIAL ACADÊMICO: ETERNIZANDO O TEMPO DE VIDA E AS MEMÓRIAS DE UMA UNIVERSITÁRIA

Partilho da compreensão de Josso (2010), ao afirmar que:

A história de vida narrada é assim uma mediação do conhecimento de si, em sua existencialidade, o qual oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência sobre seus diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam a formação (Josso, 2010, p.6).

Escrever sobre os momentos que compõem minha trajetória de vida, por meio deste memorial, tem se revelado um exercício profundo de reflexão e de resgate de memórias que, muitas vezes, permanecem adormecidas na correria cotidiana. Ao rememorar cada etapa trilhada, cada desafio enfrentado e cada conquista celebrada, sinto-me tomada por um sentimento de orgulho pelo caminho que venho construindo – um caminho que não apenas percorri, mas que também contribuiu para construir a mulher que me tornei.

Este memorial tem, portanto, o propósito de registrar, com sensibilidade, algumas das fases mais significativas da minha jornada, desde os primeiros passos na educação básica até o momento atual. Nele se entrelaçam vivências pessoais e acadêmicas que, juntas, constituem minha identidade. São fragmentos de uma história tecida dia após dia, entre sonhos e aprendizados, que conferem sentido à pessoa que sou e à acadêmica em constante formação.

Sou Jordânia da Conceição Silva, mulher, açailandense, tenho 31 anos e, por meio deste memorial, compartilho aqui experiências da minha trajetória. Este exercício de escrita tem se apresentado como um instrumento de reflexão, tal como destaca Carrilho (2007, p. 23): “Escrevo sobre a minha história, meu percurso de formação e aí aprendo a melhor definir os meus limites, minhas fragilidades, meus medos, minhas forças, minhas competências, minhas aprendizagens. Enfim, descubro o poder formador da escrita autobiográfica.”

Nascida e criada no estado do Maranhão, especificamente na zona rural do município de Açailândia, nas proximidades da comunidade de Piquiá de Baixo. Minha formação humana e educacional foi profundamente atravessada pelas condições e dificuldades do interior do Maranhão nos anos 1990. Filha de Antônio da Silva, agricultor familiar, e de Maria de Lourdes da Conceição, dona de casa, minha infância transcorreu entre o terreiro da roça e o quintal da casa onde morávamos em Piquiá Baixo. Ali, o tempo era dividido entre os estudos e as brincadeiras no terreiro e às margens do rio que corta a comunidade.

Iniciei minha formação escolar na Escola Municipal Almirante Barroso, onde cursei a pré-escola e os anos iniciais do ensino fundamental. Depois, continuei os estudos na Escola Municipal Eduardo Pereira Duarte, localizada no bairro de Piquiá de Cima. Nessa fase, eu e minhas colegas íamos a pé para a escola, por conta da ausência de transporte escolar — uma realidade presente na comunidade.

Minha trajetória educacional foi marcada por interrupções temporárias, como nos anos de 2005 e 2006, quando retornei à zona rural. Isso resultou na conclusão tardia do ensino fundamental, apenas em 2009. Em seguida, cursei o ensino médio em duas instituições: inicialmente, no Centro de Ensino Professora Joviana da Silva Farias e, depois, no Centro de Ensino Professor Antônio Carlos Beckman, onde finalizei essa etapa em 2012.

Desde cedo, compreendi que minha experiência escolar não estava dissociada da realidade social e ambiental da minha comunidade. Piquiá de Baixo, desde os anos 1980, convive com os impactos da cadeia de mineração e siderurgia, com a instalação do polo siderúrgico e da Estrada de Ferro Carajás (EFC), resultando em sérios danos ambientais e em violações de direitos humanos. A partir de 2005, a comunidade iniciou um processo de organização coletiva em busca do reassentamento e por justiça social.

Cresci, assim, em meio à luta por justiça socioambiental, acompanhando e participando dos processos de resistência popular, protagonizados principalmente pelas mulheres da comunidade. Essa vivência cultivou em mim um compromisso e olhar atento às questões sociais, que também orientaram minha escolha acadêmica e profissional.

Em 2015, fui aprovada no vestibular da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), para o curso de Licenciatura em Geografia, no campus de Imperatriz. Durante o curso, vivenciei a transição que culminou na criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Participei de atividades de campo, eventos acadêmicos e congressos que consolidaram minha formação.

Simultaneamente à graduação, atuei como educadora popular na associação Justiça nos Trilhos¹, que assessora comunidades impactadas pela mineração no Maranhão. Entre 2016 e

¹ A Associação Justiça nos Trilhos é um desdobramento da Rede Justiça nos Trilhos, formada por uma coalizão de pastorais sociais da igreja católica, de movimentos e organizações sociais que em meados dos anos 80 tomam a dianteira na luta por reparação integral frente às violações de direitos perpetradas pela cadeia de mineração, em especial, junto às comunidades impactadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC) no Estado do Maranhão. A Associação não tem fins lucrativos e embora sua sede fique na cidade de Açailândia, suas ações alcançam 12 dos 23 municípios que a EFC atravessa. Para saber mais, consulte o site: www.justicanostrilhos

2018, participei do projeto “Direito à Saúde em Piquiá de Baixo”, contribuindo diretamente para as ações de enfrentamento desenvolvidas na comunidade.

Nos semestres finais da graduação, passei a residir em Imperatriz, o que me possibilitou avançar nas disciplinas e realizar os estágios obrigatórios. Também participei do Grupo de Estudos Regionais da Amazônia Oriental (GERAMO), coordenado, na época, pelo professor Dr. Jailson Macedo Sousa — presença essencial em minha trajetória acadêmica, cuja partida precoce, em 2021, me marcou profundamente.

Sob sua orientação, iniciei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o processo de organização, enfrentamento, luta e resistência em Piquiá de Baixo. Com seu falecimento, dei continuidade à pesquisa com a orientação da professora Keilha Correia da Silveira, com quem concluí o trabalho.

Em 2022, fui aprovada no Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGEPE), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz. Sob orientação da professora Dra. Betânia Oliveira Barroso, iniciei a pesquisa sobre o protagonismo e autonomia das mulheres de Piquiá de Baixo frente aos impactos socioambientais e às violações de direitos humanos provocados pela cadeia da mineração. Esta pesquisa busca reconhecer e registrar a potência coletiva dessas mulheres ao longo dos anos de luta da comunidade.

Neste processo formativo, venho compreendendo que a educação vai além da aquisição de saberes técnicos ou acadêmicos; ela é um reencontro com o território de onde venho e com as vivências que moldaram minha existência. Por isso, este memorial não apenas sistematiza alguns aspectos da minha trajetória, mas evidencia como a educação, quando articulada às vivências concretas e à história coletiva, torna-se um instrumento de autonomia e transformação.

Assim, compartilho o pensamento de Dominicé (2010):

A história de vida passa pela família. É marcada pela escola. Orienta-se para uma formação profissional, e em consequência se beneficia de tempos de formação contínua. A educação é assim feita de momentos que só adquirem o seu sentido na história de uma vida (Dominicé, 2010, p.199).

Nesse sentido, busquei não apenas rememorar os caminhos percorridos em minha trajetória pessoal e acadêmica, mas também atribuir sentido formativo às vivências que moldaram quem sou. Revisitar minha história, a partir da perspectiva da educação, me permitiu

compreender que os saberes adquiridos vão além dos espaços físicos das salas de aulas: estão inseridos nos territórios em que habitei, nas lutas que presenciei e nas relações humanas que me constituíram como sujeita.

A educação, nesse contexto, revelou-se um campo fértil de resistência e transformação, não apenas pelo conhecimento que oferece, mas por sua capacidade de potencializar e ressignificar a realidade vivida. O percurso formativo que venho trilhando é, portanto, resultado direto do entrelaçamento entre minha identidade, o chão onde cresci — a comunidade de Piquiá de Baixo — e as demandas urgentes por justiça social e ambiental que ali se evidenciam cotidianamente.

Ao registrar essas experiências, reafirmo a importância de reconhecermos que toda formação humana é também uma construção política e social. Assim, encerro está escrita com a convicção de que minha trajetória ainda está em processo e que seguir estudando, aprendendo e lutando é parte indissociável da educadora e da mulher que venho me tornando.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões e o desenvolvimento deste trabalho não se traduzem em uma escolha aleatória, uma vez que se trata da comunidade onde cresci e pude vivenciar as frequentes violações socioambientais, mas também os processos de organização, enfrentamento e as expressões de autonomia feminina na luta da comunidade de Piquiá de Baixo, ao longo dos últimos vinte anos.

Dentre as motivações para a realização da pesquisa que resultou neste trabalho, é importante destacar que as inquietações que emergiram a partir da minha trajetória como moradora de Piquiá — na participação das reuniões e nas reivindicações contra violações de direitos presentes na comunidade — que foram fundamentais para a escolha do objeto de pesquisa. Assim, compreender as estratégias das mulheres que assumem o protagonismo nesse processo tornou-se a linha orientadora deste trabalho.

Nesse contexto, a pesquisa foi direcionada à investigação e à reflexão sobre a luta, a autonomia e as conquistas das mulheres da comunidade de Piquiá de Baixo, no que tange às violações de direitos que a comunidade tem enfrentado desde a década de 1980. Considerando que, historicamente, a sociedade reservou um espaço pequeno para as mulheres ao longo da construção social, privilegiando o trabalho masculino nos diversos espaços e na vida pública, entendemos ser essencial registrar a autonomia feminina presente na comunidade de Piquiá de Baixo, por ser um exemplo na luta das mulheres por cidadania.

Um importante espaço foi conquistado pelas mulheres ao longo dos anos. Todas as transformações frente às desigualdades de gênero atreladas ao caminho participativo, político e social das mulheres na sociedade atual – não mais atrelada somente à vida doméstica e reprodutiva – estão diretamente relacionadas às reivindicações por igualdade social, o que é facilmente percebido na comunidade de Piquiá de Baixo.

A escolha da comunidade de Piquiá de Baixo se deu em razão do processo de sua formação e localização territorial, que fariam parte da modernização e urbanização pensadas pelos governos militares, a partir da década de 1960, para a região amazônica – incluindo o estado do Maranhão – no âmbito do projeto desenvolvimentista. A esse respeito, Loiola (2005, p. 20) enfatiza que “os discursos oficiais da época defendiam que a formação de polos ligados ao setor industrial contribuiria para o crescimento e o desenvolvimento dessas regiões, pois

seriam capazes de gerar empregos com aumento da renda e a dinamização da economia regional”.

Nas contradições da política de desenvolvimento adotada à época, que prossegue até os dias atuais, é que as questões socioambientais e protagonismo das mulheres ganham relevância e visibilidade no presente trabalho. Nos últimos anos, cada vez mais, as reflexões acerca desses temas vêm sendo introduzidas de forma consciente na sociedade e reverbera no universo acadêmico.

1.1 Hipótese

Em territórios onde empreendimentos ligados à cadeia da mineração são responsáveis por importantes impactos socioambientais, e em que a cultura patriarcal e machista ainda prevalece, o protagonismo das mulheres na luta por autonomia é pilar fundamental na conquista de direitos.

1.2 Justificativa

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a resistência da comunidade de Piquiá de Baixo frente à cadeia da mineração, a partir da experiência do Grupo de Mulheres Artesãs. O bairro Piquiá de Baixo está situado na periferia, em uma área que faz divisa entre a zona urbana e zona rural, no município de Açailândia, no estado do Maranhão.

Com o Programa Grande Carajás (PGC), idealizado inicialmente como um programa de governo no regime militar, nos anos 1960, o modo de vida da população da região passou por importantes mudanças. Esse Programa envolveu projetos de extração mineral, produção agrícola, transformação e beneficiamento mineral e produção energética, com toda a cadeia produtiva implicada. Somente no Maranhão, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) — por onde circulam os trens que transportam o minério de ferro e outros produtos até o Porto do Itaqui, para a exportação — atravessa 23 municípios, entre eles Açailândia. Essa estrutura fomentou a chegada de grandes empreendimentos e a concentração de terras voltadas ao agronegócio na região, alcançando, em especial, terras do leste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste, centro e norte do Maranhão. No município de Açailândia, além das carvoarias, instalaram-se, a partir dos anos 1980, as siderúrgicas e a Estrada de Ferro em Carajás em Piquiá de Baixo.

Cortada pela Estrada de Ferro Carajás, por onde centenas de vagões sem cobertura transportam cotidianamente minério de ferro, e com a instalação das siderúrgicas, a comunidade

de Piquiá de Baixo passou a conviver com diferentes impactos socioambientais, sem qualquer contrapartida de cuidados sociais e ambientais por parte dos grandes empreendedores.

Com as descargas das siderúrgicas no rio que alimentava a comunidade com grande diversidade de peixes, na irrigação das hortas e no trato doméstico do dia a dia, as famílias não tardaram a sentir que o "desenvolvimento" não era para todos. Nesse contexto, as mulheres foram as mais impactadas pela poluição do ar, trouxe vários problemas de saúde para a população e invadiam as casas com o pó de ferro, o que fazia as mulheres tomarem muito tempo no cuidado da saúde dos familiares e no cuidado doméstico.

É, portanto, a partir do recorte de gênero — valendo-se da experiência das mulheres, apesar da escassez de políticas públicas, do machismo e das violações de direitos fundamentais perpetradas pela cadeia da mineração, assumem a linha de frente — que nos propomos a estudar a trajetória de Piquiá sob a ótica feminina na luta por autonomia e melhores condições de vida.

Essa perspectiva foi o caminho eleito para conhecer, aprofundar e analisar o processo de luta da comunidade como exemplo paradigmático, contribuindo para o conjunto de reflexões que buscam fazer frente a um modelo de desenvolvimento ligado à cadeia da mineração que desrespeita a natureza e tão pouco os direitos humanos.

Como uma mulher que nasceu e cresceu nesse contexto, me permito problematizá-lo, me permito partilhar um pouco de minha trajetória e, sobretudo, confirmar a hipótese de que a resiliência e a busca por autonomia das mulheres são os pilares do processo de luta por direitos nos territórios impactados pela cadeia da mineração. Esperamos que este trabalho se some ao conjunto de pesquisas que, além de registrar a memória de luta da comunidade, ajudem a propagar o protagonismo das mulheres de Piquiá para outras mulheres que enfrentam problemáticas similares em suas comunidades.

1.3 Caracterização do problema de pesquisa

Em meados do século XX, o discurso desenvolvimentista ganhou espaço no cenário brasileiro, unindo interesses econômicos e políticos. Durante o regime militar, essa política desenvolvimentista chegou à região amazônica, incidindo em significativas mudanças na região. Sob a ideia de integração nacional, na década de 1960 a mineração foi incorporada ao projeto de desenvolvimento, intensificando a migração para a região. No Maranhão, houve uma significativa expansão da fronteira agrícola com a monocultura de soja e eucalipto, além da instalação de siderúrgicas por conta da produção de minério de ferro.

O ritmo frenético de apropriação dos recursos naturais e a expansão do monocultivo, em nome do desenvolvimento, esteve sempre revestido de contradições. Para a população que não detinha o capital, a situação era de trabalho análogo à escravidão, subserviência, exploração, expropriação e sérios impactos no modo de vida e na saúde — como aconteceu na comunidade de Piquiá de Baixo. A partir da década de 1980, a comunidade já abrigava um importante polo siderúrgico, figurando como um dos mais importantes na produção de ferro-gusa no estado do Maranhão, com o entorno tomado por plantações de eucalipto e soja e pela Estrada de Ferro Carajás.

Nesse contexto, as mulheres formariam o grupo populacional mais atingido pelos malefícios do desenvolvimento. O rio poluído, o pó de ferro que tomava as moradias, as roças, a criação animal doméstica e o ar, transformaram Piquiá de Baixo em um dos territórios mais impactados pela cadeia da mineração no estado do Maranhão² (FIDH, JnT, 2019). As mulheres, em comparação à população feminina de outros bairros do município, triplicariam o tempo no cuidado de suas casas e com a saúde dos familiares. A situação as levou a enfrentar a cultura machista para fazer frente à luta por qualidade de vida³ (Santos, 2020).

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

- Colaborar com o processo de autonomia feminina na comunidade de Piquiá de Baixo, Açailândia – Maranhão, frente aos impactos socioambientais, dando a conhecer a trajetória de resistência e luta pela reparação de direitos a partir da ótica do grupo das mulheres artesãs.

² Segundo dados do relatório “Piquiá foi à luta”, uma atualização do relatório de 2011 “Brasil: quanto valem os direitos humanos?”, produzido pela FIDH, Justiça Global e Rede Justiça nos Trilhos. O relatório avaliou o cumprimento das recomendações feitas para enfrentar violações de direitos humanos causadas pela mineração e siderurgia em Açailândia – MA, especialmente na comunidade de Piquiá de Baixo. Utilizando a metodologia de Estudo de Impactos em Direitos Humanos com participação comunitária, a publicação analisa o cenário atual marcado pela flexibilização das leis ambientais, os Princípios Orientadores da ONU e as discussões sobre um Tratado Vinculante sobre Empresas e Direitos Humanos.

³ Informações extraídas do relatório Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero. A publicação integra o projeto “Empresas Transnacionais e Princípios Orientadores: em busca de mecanismos efetivos para a proteção de direitos humanos na América Latina”, desenvolvido por Justiça nos Trilhos (Brasil), Bienaventurados Los Pobres (Argentina), CooperAcción (Perú), Piensamiento e Acción Social (Colômbia) e Cospe (Itália), com cofinanciamento da União Europeia.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Compreender os aspectos históricos da formação territorial da comunidade de Piquiá de Baixo e a sua relação com os impactos socioambientais;
- Investigar de que modo os processos de autonomia das mulheres de Piquiá de Baixo se configuraram no contexto de enfrentamento aos impactos socioambientais presentes na comunidade;
- Compartilhar e socializar as memórias, experiências, expressões de autonomia e formas de resistência construídas coletivamente nas oficinas de bordado livre, no formato de rodas de conversa com o Grupo de Mulheres Artesãs de Piquiá de Baixo, culminando na realização de uma exposição de bordados e na elaboração de um e-book.

1.5 Dialogando com as produções acadêmicas: considerações sobre o Estado da Arte

Nas últimas duas décadas, um número significativo de pesquisas denominadas “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” se consolidou no universo acadêmico. Isso ocorreu devido ao conjunto de pesquisas com esses enfoques. Ferreira (2002) justifica a inclusão dessas novas frentes no campo da pesquisa, afirmando que:

De caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p. 258).

Além dessa ideia, para Ferreira (2002, p. 258), “a sensação que parece invadir esses pesquisadores é a de não conhecerem a totalidade dos estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo”. Nesse contexto, as pesquisas sobre o “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” pretendem trazer uma perspectiva que combine a pesquisa-ação (abordagem a partir do bordado livre) e a visão metodológica freiriana, para estudar a experiência das mulheres de Piquiá de Baixo.

Desse modo, as pesquisas sobre o “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” são apoio para possíveis abordagens no universo científico da pesquisa-ação, com uso de Rodas de Conversa a partir do bordado livre, para explorar a experiência das mulheres de Piquiá de Baixo, no processo de construção da autonomia feminina.

1.5.2 Mapeamento das produções científicas

O mapeamento aqui apresentado buscou identificar produções científicas envolvendo os processos de organização, luta, protagonismo e autonomia feminina, que pudessem sustentar as reflexões realizadas a partir da experiência das mulheres nos últimos 20 anos na comunidade de Piquiá de Baixo. Para tanto, buscamos produções bibliográficas em diferentes espaços de pesquisas, como: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES, banco de Dissertações e Teses da Universidade Estadual do Maranhão – UFMA e Google Acadêmico.

Historicamente, a desigualdade de gênero sempre foi explícita. Essa questão se reflete de maneira ainda mais intensa em territórios de grande vulnerabilidade social e ambiental, como é o caso da comunidade de Piquiá de Baixo.

Observamos que o movimento por moradia, ou seja, a luta pelo reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo, tem se destacado como um dos caminhos importantes para a autonomia das mulheres de Piquiá. O projeto coletivo de reassentamento da comunidade surgiu devido à impossibilidade de continuar vivendo em um ambiente completamente contaminado. O caminho seria a busca de um novo território, longe do alcance da poluição emitida pelas siderúrgicas que provocam riscos diários à saúde.

O processo de luta pelo reassentamento levou as mulheres a desenvolverem um protagonismo antes invisibilizado. Desde o início, as mulheres foram a maioria nesse movimento, participando e coordenando as atividades promovidas pela Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP). Desde a tomada de decisões, denúncias, atos públicos, manifestações, organização da comunidade e na ocupação de cargos de diretoria da associação, as mulheres fizeram-se notadas.

Considerando esse contexto, buscamos nas plataformas de pesquisa utilizar as seguintes palavras-chave: mulheres em Piquiá de Baixo; protagonismo feminino em Piquiá de Baixo; e autonomia feminina em Piquiá de Baixo. Essas palavras-chave foram selecionadas na tentativa de conseguir possíveis abordagens relacionadas ao estudo ora apresentado.

Não logramos êxito em encontrar resultados de dissertações de mestrado ou em teses de doutorado que abordassem de maneira expressiva a participação, protagonismo e autonomia das mulheres de Piquiá de Baixo ao longo do processo de luta que a comunidade vem enfrentando desde 2005. Considerando que as primeiras palavras-chave escolhidas para a pesquisa bibliográfica não seriam suficientes, optamos por analisar os resultados agregando as

palavras-chave: Comunidade de Piquiá de Baixo; Piquiá de Baixo, Açailândia – MA; e Impactos Socioambientais em Piquiá de Baixo, Açailândia – MA.

As produções encontradas abordam questões relacionadas à saúde das moradoras e moradores, qualidade da água e do ar, bem como aos impactos socioambientais vivenciados pela comunidade devido às atividades produtivas do polo siderúrgico instalado na região. O ano de publicação e quantidade de trabalhos encontrados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Produções científicas por ano do banco de dados da CAPES e Google Acadêmico.

Autores e Ano	Dissertações	Instituições/programas
Desni Lopes Almeida 30/01/2013	Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia maranhense conflitos e contrastes: O caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA.	UEMA PPDSR
Thiago Vale Pestana 19/11/2013	Os impactos socioambientais decorrentes da atividade siderúrgica na comunidade Pequiá de Baixo em Açailândia/MA.	UNIVATES PPMAD
Ana Kely de Lima Nobre 25/02/2021	Do problema público à reparação: mobilização em torno do reassentamento de moradores de um bairro contaminado pelo ferro gusa na Amazônia maranhense.	UnB PPSUnB

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observamos que as produções científicas relacionadas à comunidade de Piquiá de Baixo são relativamente recentes nos bancos de dados pesquisados. Essas produções começaram a surgir em 2010 e estão relacionadas com o processo de organização, reivindicações, manifestações por saúde e moradia digna ocorridas na comunidade a partir de 2005.

O estudo “Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia maranhense conflitos e contrastes: O caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA⁴” apresenta uma análise das contradições existentes entre o discurso oficial anuncia como desenvolvimento (crescimento econômico expresso no aumento do Produto Interno Bruto) e as questões sociais que se materializam em

⁴ Para melhor compreensão desta análise, sugere-se as contribuições do estudo de Almeida (2013)

violações de direitos sociais inalienáveis, como a saúde e moradia, trazendo como *locus* da pesquisa o município de Açailândia/MA e, mais especificamente, a comunidade Piquiá de Baixo.

Quanto à dissertação “Os impactos socioambientais decorrentes da atividade siderúrgica na comunidade Pequiá de baixo em Açailândia/MA⁵”, ela ressalta as abordagens das relações existentes entre o planejamento urbano e o desenvolvimento das atividades siderúrgicas no Brasil. Nesse sentido, aponta também as consequências dos impactos da siderurgia na comunidade de Piquiá de Baixo no município de Açailândia – Maranhão.

No trabalho intitulado "Do problema público à reparação: mobilização em torno do reassentamento de moradores de um bairro contaminado pelo ferro gusa na Amazônia maranhense⁶", é apresentada uma construção teórica sobre conflitos ambientais presentes no Maranhão. Além disso, traz uma contextualização do quadro normativo brasileiro que regulamenta as atividades de mineração, destacando os esforços dos moradores de Piquiá de Baixo nas ações de reparação por uma vida mais digna.

Embora as dissertações citadas não estejam diretamente relacionadas ao objeto central deste trabalho, elas foram selecionadas por trazerem elementos relevantes do ambiente da pesquisa desenvolvida, ou seja, a comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia, Maranhão. Essas dissertações apresentam a contextualização da construção territorial da região, dos impactos socioambientais devido às atividades de produção das siderúrgicas e das ações de enfrentamento existentes na comunidade.

Foi a partir de 2005, com o movimento de organização da comunidade de Piquiá de Baixo para enfrentar as mudanças socioambientais e as violações de direitos humanos, que os moradores e moradoras começaram a propor ações judiciais indenizatórias e a promoverem mobilizações, protestos, atos e denúncias a diferentes órgãos, dando visibilidade à gravidade da situação provocada pelos altos índices de poluição.

A partir desse período, as produções científicas sobre os impactos socioambientais e sobre o processo de reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo começam a ser desenvolvidas. As ações de organização se refletem muito no processo coletivo que foi construído ao longo dos anos. As pessoas envolvidas no processo, em especial as mulheres, desde o início, passaram a realizar diversas ações que variaram entre os encontros de formação

⁵ Para melhor compreensão desta análise, sugere-se as contribuições do estudo de Pestana (2013)

⁶ Para melhor compreensão desta análise, sugere-se as contribuições do estudo de Nobre (2021)

de base na própria comunidade e as incidências sociojurídica e política em vários níveis: local, regional, nacional e internacional.

Compreender como as mulheres, apesar do machismo, da cultura patriarcal e do fato de muitas serem mães solas, conseguiram ao longo dos anos assumir o protagonismo na luta é fundamental para difundir a experiência paradigmática de Piquiá de Baixo.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa tem caráter coletivo, sendo instituída a partir da observação e ação planejada, promovendo a reflexão sobre a ação (René Barbier).

A afirmação de Barbier reforça a concepção de que o fazer científico não se limita à neutralidade ou ao distanciamento, mas envolve a participação ativa, crítica e transformadora dos sujeitos envolvidos. Assim, compreendendo o universo científico como um elemento essencial na construção do conhecimento, o ato de pesquisar deve fundamentar-se na utilização de abordagens teóricas, métodos científicos e técnicas condizentes com a realidade investigada. Nesse sentido, o processo metodológico adotado buscou enfatizar a interação com o Grupo de Mulheres Artesãs da comunidade de Piquiá de Baixo. Para tanto, foram utilizadas oficinas de bordado livre como ferramenta de aproximação entre a prática artística das mulheres e a abordagem teórico-metodológica exigida pelas pesquisas científicas.

A realidade vivenciada pelas moradoras e moradores da comunidade de Piquiá de Baixo desde o final da década de 1980 não corresponde aos discursos desenvolvimentistas propagados pelos grandes empreendimentos econômicos instalados na região. As atividades de produção das siderúrgicas, desde o seu início, afetaram a dinâmica comunitária, gerando muitas mudanças e impactos socioambientais, que resultaram em um processo coletivo de busca por reparação das violações, pauta assumida pelas moradoras e moradores da comunidade desde 2005.

Aliado a essas questões, destaca-se o processo de organização, protagonismo e autonomia feminina, que constitui o eixo central deste trabalho. Nesse contexto, reconhecemos a necessidade de investigar a realidade da comunidade e compreender suas estratégias organizativas como parte do percurso metodológico.

2.1 Enfoque metodológico: materialismo histórico-dialético

Como enfoque metodológico, versa sobre a pesquisa qualitativa, fundamentada, sobretudo, nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, com ênfase nas transformações das sociedades, das relações sociais e contradições construídas nesses processos. De acordo com Triviños (1987), o marxismo compreende três aspectos principais:

O materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. [...] O marxismo se inclui como tendência dentro do materialismo filosófico que, como sabemos, apresenta várias linhas de pensamento. [...] O materialismo dialético é a base

filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. (Triviños, 1987, p. 49-51).

Para entender a evolução das transformações históricas e sociais, o materialismo histórico-dialético de base marxista, desenvolvido na década de 1840 por Karl Marx (1818-1883), com as contribuições do contemporâneo Friedrich Engels (1820-1895) e, posteriormente, com a colaboração de Vladimir Lênin (1870-1924) pode ser delineada em três fases. Segundo Triviños (1987, p.49), “uma primeira fase, representada por Marx; uma segunda, na qual trabalham juntos Marx e Engels, e uma terceira etapa que, em geral, resume as contribuições de Lênin”.

Tentando conceituar os principais aspectos dessa perspectiva marxista, Benitez (2014) destaca:

O termo materialismo diz respeito à condição material da existência humana, o termo histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo dialético tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história. A dialética sob o prisma do materialismo histórico parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos. As coisas e suas representações refletem conceitos na mente, os quais estão em mudanças contínuas e ininterruptas de devir. (Benitez, 2014, p. 6-7)

Carvalho (2008) também aponta sua compreensão conceitual sobre a perspectiva marxista. De acordo com ele:

O materialismo histórico – essencialmente um método que procura compreender a história materialística e dialeticamente como ciência – explica as articulações, as passagens, a transformação de umas formações em outras, etc., mas não oferece o mesmo elenco de categorias para explicar todas a um só tempo. O essencial é a diferença essencial. (Carvalho, 2008, p.164)

Nessa perspectiva, o materialismo histórico-dialético emerge como o enfoque teórico, metodológico e analítico adequado ao presente estudo, por permitir a análise de questões sociais, ambientais e das políticas públicas como um conjunto que responde a um tempo histórico, com suas respectivas complexidades em um sistema capitalista, mas que busca caminhos em direção a uma sociedade emancipatória frente às relações de exploração.

Considerando essas dinâmicas, questões públicas, sociais e ambientais que afetam a região Sul-maranhense, em especial a comunidade de Piquiá de Baixo, buscaremos, com a

perspectiva do materialismo histórico-dialético, estabelecer uma conexão segura ao analisar as contradições implicadas no processo de luta das mulheres de Piquiá.

2.2 Abordagem qualitativa da pesquisa

Para atingir o objetivo, optamos por trabalhar com a pesquisa qualitativa para tratar as informações relacionadas às relações sociais, aos significados dos acordos comunitários, às crenças, aos valores, às contradições e a outros elementos do território. Para tanto, a técnica se pautou em questões orientadoras para as rodas de conversa, que podem ser entendidas como grupos focais, para a abordagem e observação participante.

Embora suas raízes tenham sido fincadas no final do século XIX, esse tipo de abordagem se consolidou na década de 1960, um período marcado por inúmeros movimentos sociais, pela busca por igualdade de direitos. Como se observa, a gênese da adoção da abordagem qualitativa de pesquisa está muito relacionada a um contexto de grandes reivindicações sociais, que se alinha com a trajetória da comunidade de Piquiá de Baixo, que há anos luta por direitos essenciais, como saúde, moradia e um ambiente seguro.

Compreendemos que a adoção dessa abordagem tornou possível a estruturação e o desenvolvimento da investigação realizada. Segundo Minayo (2001, p.22), essa abordagem de pesquisa “preocupa-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. Com isso, buscamos dar maior atenção às relações, às percepções, concepções e intencionalidades das participantes envolvidas com a pesquisa, de forma possibilitar uma compreensão mais apurada dos processos de autonomia que envolvem as mulheres da comunidade de Piquiá de Baixo, em especial o Grupo de Mulheres Artesãs.

A escolha da pesquisa qualitativa é justificada pela capacidade de lidar com aspectos não quantificáveis dos elementos da natureza e das motivações humanas. Conforme destacado por Minayo (2010), essa abordagem possibilita explorar dimensões mais subjetivas e complexas, pois:

Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes. (Minayo, 2010, p. 21)

Ainda sobre a importância da abordagem qualitativa, Chizzoti (2003) destaca:

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a ele. (Chizzotti, 2003, p. 221)

Esse recorte transdisciplinar permite uma análise a partir da interface de diferentes aspectos implicados no território de Piquiá de Baixo, que serão abordados com a contribuição da pesquisa-ação e demais eixos de pesquisa adotados para este trabalho.

Optar por uma abordagem qualitativa não é apenas uma escolha metodológica, mas também uma decisão comprometida com a realidade dos sujeitos sociais. Nesse sentido, Chizzotti (1998, p. 83) destaca que “[...] a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Tal perspectiva exige uma escuta atenta, sensibilidade para interpretar sentidos e significados, e abertura para lidar com a complexidade do vivido. Ao adotar essa abordagem, o pesquisador e a pesquisadora assumem um compromisso com a valorização das vozes, contextos e experiências dos sujeitos sociais, ampliando o alcance e a profundidade da compreensão sobre os fenômenos estudados. Assim, a pesquisa qualitativa se afirma como um caminho potente para produzir conhecimentos comprometidos com a transformação da realidade, principalmente quando se propõe a dialogar com sujeitos historicamente silenciados ou marginalizados.

2.3 A pesquisa-ação: uma ferramenta interventiva

Como ferramenta metodológica fundamental para a pesquisa qualitativa, a pesquisa-ação permite um vínculo significativo com o ambiente e o público relacionado à pesquisa, facilitando a aproximação do pesquisador ou pesquisadora com a realidade investigada. Thiollent (2009, p. 20) destaca essa relação de troca e partilha entre o pesquisador, a pesquisadora e o público investigado, afirmando que “sem dúvida, a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre pesquisadores e as pessoas da situação investigada que seja do tipo participativo”.

Nessa mesma direção, Barbier (2007) também aponta o caráter participativo e a contribuição à mudança social da pesquisa-ação em seus escritos. Segundo ele:

Não há pesquisa-ação sem participação coletiva. É preciso entender aqui o termo “participação” epistemologicamente em seu mais amplo sentido: nada se pode conhecer do que nos interessa (o mundo afetivo) sem que estejamos verdadeiramente envolvidos pessoalmente pela experiência na integralidade de nossa vida emocional, sensorial, imaginativa, racional. (Barbier, 2007, p. 70-71)

A escolha pela pesquisa-ação está diretamente vinculada à sua característica participativa no processo de investigação. Sob essa ótica, é possível uma maior aproximação do processo coletivo empreendido para a busca de reparação das violações de direitos e pelo reassentamento na comunidade de Piquiá de Baixo, desde a perspectiva de gênero, por meio da atuação das mulheres.

Para o autor, “a pesquisa tem caráter coletivo, sendo instituída a partir da observação e ação planejada, promovendo a reflexão sobre a ação”. Na mesma linha, Thiollent (2009, p. 14) ressalta:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (Thiollent, 2007, p. 14)

Ainda sobre o assunto, Thiollent (2007, p. 28) define a pesquisa-ação ao afirmar que “trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível de captação de informação”. Tratando-se de um território com empreendimentos de alcance internacional e impactos nas condições básicas para a vida da população, qualquer análise precisa estar alicerçada por vários métodos, caso se pretenda uma abordagem sistêmica e mais completa.

A pesquisa-ação na compreensão de Barbier (2007, p. 54) “reconhece o problema, e o pesquisador ou pesquisadora tem o compromisso de colaborar coletivamente para apreender os problemas encontrados, por meio de uma tomada de consciência em uma ação coletiva”. Assim, as análises devem se pautar nas observações e registros dos diálogos, reflexões e partilha de saberes, aproximando o pesquisador(a) e os(as) participantes da pesquisa numa relação de colaboração.

Na tentativa de desenvolver os passos do processo da pesquisa-ação, Thiollent, (2011) evidencia as seguintes etapas:

a) há uma ampla explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem da prioridade dos problemas pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação; d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver, ou pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. (Thiollent, 2011, p.22)

Dessa forma, o papel do pesquisador e da pesquisadora, conforme proposto pela pesquisa-ação, representa uma contribuição essencial para explorar o objeto da pesquisa com vista a apontar possibilidades oriundas do processo de luta da comunidade, a partir de investigação, análises e reflexões.

A escolha pela pesquisa-ação nesta investigação também se justifica pelo modo como essa abordagem se entrelaça com os processos históricos, sociais e políticos vivenciados pelas mulheres ao longo dos anos, em especial as mulheres artesãs da comunidade de Piquiá de Baixo. Essas mulheres, impactadas pelos grandes projetos desenvolvimentistas e pelos impactos socioambientais provocados por atividades siderúrgicas na região, constituem sujeitas ativas de resistência e transformação. Por meio dos seus produtos de artesanatos, essas mulheres não apenas expressam sua arte, mas elaboram coletivamente suas vivências de dor, luta e resiliência. A pesquisa-ação, nesse sentido, não se limita a observar essas práticas, mas se compromete com elas, integrando-se às dinâmicas do grupo e construindo com a criação de espaços reflexivos e emancipatórios.

A atuação dessas mulheres está diretamente conectada à reivindicação de direitos violados, como o direito à moradia digna, ao meio ambiente saudável e equilibrado e à participação nas decisões que afetam suas vidas. A prática artesanal da costura, do crochê, do bordado, ressignificada no contexto da pesquisa, transforma-se em um instrumento político de denúncia e afirmação de identidade. A exposição itinerante, produto dessa dissertação, é um reflexo de uma das frentes desenvolvidas pelas mulheres: surge não como um fim, mas como um processo contínuo de mobilização e diálogo com a comunidade, propondo a arte como linguagem crítica e transformadora.

As oficinas de bordado livre, no formato de rodas de conversa, realizadas ao longo da pesquisa funcionaram como espaços de escuta e troca, onde emergiram narrativas pessoais e coletivas sobre o cotidiano de Piquiá de Baixo, as perdas decorrentes da poluição, os desafios do reassentamento, as expectativas da mudança para o novo bairro e, sobretudo, a força da coletividade feminina. Por meio do fio e da agulha, as participantes deram forma às suas memórias e às suas lutas, costurando experiências que muitas vezes não encontravam espaço nos debates formais e políticos. Meu envolvimento com o Grupo de Mulheres Artesãs não se deu a partir de uma postura distante ou neutra, mas sim a partir de um comprometimento ético e afetivo, em harmonia com a abordagem participativa proposta por Barbier (2007) e Thiollent (2011). Enquanto pesquisadora e moradora da comunidade, essa relação foi construída a partir da vivência compartilhada, do diálogo constante e do vínculo construído ao longo do tempo.

Desse modo, a pesquisa-ação mostrou-se não apenas adequada, mas necessária, para dar conta da complexidade dos fenômenos vivenciados em Piquiá. A investigação se construiu de maneira dialógica, respeitando os saberes e valorizando a autonomia das mulheres envolvidas. O bordado, nesse contexto, é também um método: uma forma de conhecer o mundo através da sensibilidade, da escuta e da criação coletiva. Como nos lembra René Barbier (2002, p.67), trata-se de uma “arte de rigor clínico, desenvolvida coletivamente, com o objetivo de uma adaptação relativa de si ao mundo”. Assim, ao bordar, essas mulheres também pesquisam, elaboram e intervêm, transformando tanto a realidade que as cerca quando a forma como ela é narrada e compreendida.

Ao mesmo tempo, essa abordagem metodológica permite que o conhecimento produzido ultrapasse os muros da academia e alcance diferentes públicos. A circulação da exposição, portanto, constitui um desdobramento fundamental da pesquisa, pois amplia o alcance das vozes das mulheres artesãs, potencializando os efeitos políticos e sociais do trabalho realizado. Levar os produtos bordados a eventos, escolas e encontros de formação não é apenas divulgar um produto final, mas continuar o processo de diálogo iniciado nas oficinas, provocando novas reflexões, alianças e mobilizações.

A pesquisa-ação, então, ao ser aplicada em Piquiá de Baixo com foco na trajetória das mulheres artesãs, demonstra como é possível aliar rigor metodológico às práticas desenvolvidas nas comunidades, contribuindo para a construção de saberes críticos e transformadores. O compromisso com a justiça social, a valorização das experiências locais e a busca por caminhos

coletivos de enfrentamento dos problemas socioambientais tornam essa abordagem não apenas pertinente, mas ética e coerente com os objetivos desta investigação.

2.4 Observação participante e roda de conversa

Como parte integrante do arcabouço metodológico, invocamos como técnicas de pesquisa a observação participante, realizada por meio de uma escuta sensível, e as rodas de conversa, inspiradas em Paulo Freire. Esses métodos possibilitam uma interação consciente, autônoma e participativa entre o pesquisador, a pesquisadora e os participantes envolvidos na pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p.174) as técnicas de pesquisas são “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”.

A observação participante se caracteriza por um envolvimento direto e ativo do pesquisador ou pesquisadora com o campo de pesquisa, tornando-se uma fonte de dados contextualmente relevantes. Cecília Minayo (2002, p. 59) descreve a observação participante como uma técnica metodológica que “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.” Nesse processo, o pesquisador ou pesquisadora não apenas observa, mas também interage com os participantes ou grupos, o que possibilita compreender as dinâmicas sociais que regem a vivência cotidiana dos(as) participantes.

Marconi e Lakatos (2003, p. 194) também defendem a importância do vínculo que a observação participante estabelece. Para as autoras, essa técnica “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo.” Ao se inserir nesse contexto, o pesquisador ou pesquisadora passa a vivenciar as experiências e os acontecimentos junto aos participantes, adquirindo uma visão rica e detalhada da realidade social investigada.

Nesse caminho, a observação participante favorece a escuta sensível, atenta especialmente às questões do universo afetivo, da cultura, do comportamento e das dinâmicas sociais do grupo. Para Barbier (2007, p. 94), “a escuta sensível apoia-se na empatia, devendo o pesquisador saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para compreender desde o interior as atitudes, os comportamentos, o sistema de ideias, os valores, símbolos e mitos”.

Sob a perspectiva de Minayo (2013, p. 71), a observação participante contribui para “desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo

grupo ou instituição observados”. Esse conjunto de percepções permite um entendimento mais completo da realidade pesquisada.

Ainda segundo Minayo (2013), a observação participante constitui um recurso fundamental na pesquisa qualitativa, pois permite ao pesquisador ou pesquisadora uma imersão no cotidiano dos sujeitos participantes da pesquisa. A autora afirma:

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (Minayo, 2013, p. 70).

Neste percurso, junto com a observação participante, adotamos as práticas das rodas de conversa pela ênfase na construção de conhecimentos através dos diálogos. Essa combinação favorece a abordagem junto às mulheres artesãs de Piquiá de Baixo, pois trata-se de um universo com prevalência da cultura oral. Como o nível de escolaridade é baixo na comunidade, resgatar o conhecimento por meio dos diálogos mostrou-se o caminho mais acertado no trabalho em curso.

A roda de conversa emergiu no Brasil com a experiência de Paulo Freire (1921-1997) como educador na alfabetização de adultos, através dos “Círculos de Cultura”. Freire difundiu essa prática conjugando os pilares da consciência, autonomia e liberdade. Sobre essa prática, Bertoldo (2018, p. 15) recorda que Paulo Freire iniciou sua jornada rumo a uma prática consciente e libertadora, a partir das experiências que adquiriu com pais e educadores na década de 1950 no Nordeste do Brasil.⁷

Nesse contexto, as rodas de conversa se consolidam como instrumento importante na constituição do compartilhamento de experiências, saberes, reflexões e transformações. Bertoldo (2018), ressalta a necessidade de atenção para não reduzir a roda de conversa a um estereótipo. Para além de possibilitar momentos cotidianos de vínculos construídos entre pessoas, ela possui um caráter reflexivo, consciente, autônomo e político. a autora destaca:

⁷ Paulo Freire foi pioneiro na criação do método para a alfabetização de adultos. A primeira experiência se deu em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963. O método visava a alfabetização de camponeses adultos em 40 horas. Para ele, o aprendizado se dá na relação com o outro e o que se aprende é para se humanizar. Em sua concepção, a prática educativa deve ser libertadora frente a todas as formas de opressão.

Quando se fala em Roda de Conversa, muitos pensam em um círculo onde as pessoas sentam e colocam o “papo” em dia. É possível lembrar de encontros em família, ao redor da mesa, ou até das reuniões pedagógicas na escola, onde os participantes sentam em círculo para discutir sobre uma pauta predeterminada. Porém, a Roda não é um ato banal, como é vista na maioria das vezes, onde se fala só por falar, conversa ou passa-se o tempo. (Bertoldo, 2018, p. 18)

Enfatizamos a importância metodológica da roda de conversa, especialmente por sua relação intrínseca com as dinâmicas sociais e com a visão de mundo singular de cada indivíduo:

A Roda de Conversa passou a ser entendida e utilizada como uma metodologia participativa em que se propõe partilhar experiências e desenvolver reflexões. Muito utilizada em intervenções comunitárias, seu referencial teórico parte da articulação de autores da psicologia social, da psicanálise, da saúde e da educação. (Bertoldo, 2018, p. 18)

Esta prática metodológica está profundamente ligada ao processo de organização, enfrentamento e resistência da comunidade de Piquiá de Baixo. As rodas de conversa têm sido utilizadas pelas moradoras e moradores ao longo dos anos de luta para abordar questões relacionadas à compreensão das violações de direitos socioambientais, pensar estratégias de avanço dos processos e construir acordos sobre o reassentamento, envolvendo ações judiciais e reuniões em todos os níveis: local, regional, nacional e internacional.

Outro aspecto relevante na prática da roda de conversa é a relação direta entre os sujeitos, sem hierarquia de saberes. Como ressalta Warschauer (2002, p. 47), a roda de conversa “[...] é uma construção própria de cada grupo. [...] Constitui-se em um momento de diálogo, por excelência, em que ocorre a interação entre os participantes do grupo, sob a organização do coordenador [...].”

No contexto em que estão inseridas as mulheres de Piquiá, essa relação direta é essencial para compreender os processos de autonomia feminina. É desse chão, onde o patriarcado e o machismo ainda estão arraigados, que o diálogo na percepção freiriana ganha destaque na formação de seres conscientes, autônomos e críticos:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se, ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens, o diálogo é, pois, uma necessidade existencial. (Freire, 1980, p.82)

Sobre a perspectiva do ato de conversar, Warschauer (2001) complementa, destacando:

Conversar não só desenvolve a capacidade de argumentação lógica, como, ao propor a presença física do outro, implica as capacidades relacionais, as emoções, o respeito, saber ouvir e falar, aguardar a vez, inserir-se na malha da conversa, enfrentar as diferenças, o esforço de colocar-se no ponto de vista do outro etc [...]. (Warschauer, 2001, p.179)

Portanto, dentro dessa perspectiva de investigar a realidade da comunidade de Piquiá de Baixo, planejamos dialogar com as moradoras que participam ativamente do Grupo de Mulheres Artesãs, partindo de uma relação horizontal para a compreensão de sua realidade social.

2.5 Sujeitas da pesquisa: Grupo de Mulheres Artesãs

O modelo de desenvolvimento implantado na década de 1980 levou o município de Açailândia a sediar processos de produção e transformação do ferro-gusa pelas siderúrgicas que ali se instalaram, em razão da localização geográfica favorecida pela cadeia da mineração. Como afirma Sousa (2015):

[...] entende-se que, em razão da localização privilegiada e em face dos determinantes políticos e econômicos, é que o município de Açailândia foi escolhido como uma área prioritária para os processos de produção e transformação do ferro-gusa, com vistas também a integrar o complexo industrial siderúrgico do sudeste do estado do Pará. (Sousa, 2015, p. 214)

Como já mencionado, os impactos desses empreendimentos fizeram emergir várias frentes de luta em defesa do território. Dentre essas frentes, destacam-se as Mulheres Artesãs de Piquiá de Baixo, que seriam de exemplo para o surgimento posterior do grupo de Mulheres da Horta para a Cozinha e do grupo de mulheres responsável pelo Restaurante Sabor da Conquista.

Estamos falando de mulheres mães solas, mulheres com convivência estável ou casadas no civil, mas com companheiros e maridos empregados em empreitadas em outros estados; mulheres sem letramento ou analfabetas funcionais, sem qualificação para as indústrias ali instaladas. São mulheres com dupla jornada de trabalho e responsáveis pelos filhos/as e pessoas idosas da família.

O Grupo de Mulheres Artesãs foi formado em 2013. À época, chegou a ter como membros cerca de 13 mulheres (Figura 1), mas algumas, por problemas de saúde provocados pela poluição, precisaram mudar de bairro, e o grupo seguiu com seis integrantes. O artesanato,

mais que uma escolha, representava a continuidade de caminhos tradicionais definidos socialmente para as mulheres da região durante décadas. O que elas fizeram as mulheres foi se valer do espaço consentido para compreender a si mesmas como sujeitas de direitos e se colocarem como protagonistas no enfrentamento às violações de direitos perpetradas pela cadeia de mineração.

Figura 1 – Mulheres de Piquiá nas suas primeiras atividades de artesanato em 2012



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2012)

Desde 2013, acompanho esse grupo. Inicialmente, participei de um projeto social que contou com a parceria de jovens leigos combonianos⁸ e com o apoio da organização Justiça nos Trilhos. Mais tarde, em 2018, tive uma nova participação em um projeto de geração de renda, de forma que a aproximação com as mulheres de Piquiá sempre esteve presente. Por isso, a observação participante ganha contornos relevantes na interação entre mim, enquanto pesquisadora e as mulheres participantes da pesquisa.

Retornar ao grupo em 2023 (Figura 2), na intenção de pesquisar e compartilhar os processos de autonomia das mulheres artesãs, e desenvolver uma proposta de oficinas de bordado livre na perspectiva das rodas de conversas, possibilitou tecer as trajetórias e memórias

⁸ Essas pessoas são leigas católicas ligadas à Congregação Religiosa dos Missionários Combonianos. A missão desta Congregação no município de Açailândia é contribuir nos processos emancipatórios das comunidades impactadas pela cadeia da mineração e as que se encontram em situação de pobreza.

do grupo, trazendo para este estudo a importância do poder das mulheres quando elas se reúnem para algum objetivo comum.

Figura 2 - Mulheres artesãs em frente ao Clube de Mães, pós oficina de bordado livre



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Sabemos que a prática da produção de artesanatos é uma tradição que atravessa gerações, cada época com suas características e especificidades. Com a estrutura patriarcal estabelecida ao longo dos anos na sociedade, que definiu papéis sociais para mulheres e

homens, essa prática foi associada predominantemente ao público feminino. Às mulheres não era permitido o trabalho fora de casa, pois a elas cabiam todos os cuidados domésticos e a subserviência ao marido, reconhecido como o provedor da família. Embora numa relação de reconhecimento desigual, social e financeiro, o espaço para o trabalho de artesanato ganhou relevância na luta das mulheres de Piquiá pela autonomia social, política e financeira. Esse avanço se deu justamente porque o público masculino desprezava esse espaço como algo menor, sem grande importância.

Ao longo dos anos, o Grupo de Mulheres Artesãs participou de encontros de formação política, de aprimoramento profissional, de compartilhamento de experiências e de produção de peças para posterior venda coletiva. Essas mulheres vêm trilhando um caminho notável em direção à autonomia e à independência. Atualmente, a comercialização dos produtos do grupo, sob a marca Mulheres Artesãs de Piquiá, tornou-se uma fonte relevante de renda para suas respectivas famílias. Esse crescimento econômico, segundo relato das próprias mulheres, não teria ocorrido sem a tomada de consciência política. É pela ótica desse grupo que será explorado o processo de luta da comunidade de Piquiá de Baixo.

3 AS BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA PESQUISA

Para uma melhor compreensão do território onde está inserida a comunidade Piquiá de Baixo, entendemos ser necessário apresentar o município de Açailândia, em razão de sua importância geopolítica para o projeto desenvolvimentista mencionado neste trabalho como parte fundante dos problemas que impactam a comunidade.

Na primeira parte, abordamos os aspectos da origem do município, trazendo elementos do ciclo da madeira, entre os anos 1970 e 1980, e das atividades ligadas à cadeia da mineração. Em seguida, concentramos a análise nos elementos relacionados à formação do território Piquiá de Baixo, como base para compreender as violações socioambientais enfrentadas pela comunidade, concluindo com as estratégias desenvolvidas pelas moradoras e moradores para defender e reivindicar seus direitos.

3.1 Historicizando a cidade de Açailândia e a política desenvolvimentista

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passou por acelerados processos de modernização que, embora tenham promovido transformações significativas nas relações sociais, ambientais, culturais e na ocupação do território, revelam contradições profundas quando se observa a política de “desenvolvimento” aplicada à Amazônia⁹. Como destaca Oliveira (2007), a região foi historicamente integrada ao território nacional não por uma lógica de valorização social e cultural de seus povos, mas com o objetivo de explorar suas riquezas naturais e atender às demandas do mercado internacional.

Nesse contexto, a modernização assumiu um caráter excludente, voltado à acumulação de capital e sustentado por grandes obras de infraestrutura, projetos de colonização e políticas estatais que ignoraram dinâmicas locais e conhecimentos tradicionais. Esse modelo consolidou uma lógica predatória e desigual, que reduziu a Amazônia a uma zona de extração e fornecimento de recursos e mão de obra barata, perpetuando relações de dependência e desigualdade socioespacial. Segundo o autor:

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia, ao longo do tempo, tiveram como referências integrar a Região ao território nacional e valorizar economicamente suas riquezas naturais. Fornecer matéria-prima e concentrar farta e barata mão-de-obra foi o papel a ela designado na divisão internacional do trabalho e, consequentemente, no processo de acumulação do capital. A criação de infraestrutura – estradas, rodovias,

⁹ Para esta análise, a Amazônia Legal é entendida como uma região que inclui todos os estados do Norte do Brasil (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia e Amapá), além de partes dos estados de Mato Grosso e Goiás, até a linha do paralelo 13° Sul, no Centro-Oeste, e uma parte do Maranhão, até o meridiano 44° Oeste, no Nordeste.

aeroportos, cidades, hidrelétricas e sistemas de comunicação – e as políticas de colonização, incentivadas ou realizadas pelo Estado, foram as condições viabilizadoras desse padrão de desenvolvimento. (Oliveira, 2007, p. 93)

A ocupação da Amazônia sob o regime militar não foi um projeto de integração, mas de apropriação. O Estado, orientado pelos interesses do capital e sob o comando dos militares, utilizou a ideologia do desenvolvimentismo para mascarar um processo profundo de apropriação econômica e estratégica do território amazônico. O discurso de integração nacional e de combate aos vazios demográficos serviu como ferramenta retórica para justificar a abertura de fronteiras econômicas e consolidar a presença do Estado em uma região até então marginalizada pelas políticas oficiais.

Essa narrativa, embora disfarçada de modernização e progresso, ocultava a verdadeira intenção: transformar a Amazônia em um espaço funcional ao projeto capitalista de acumulação, deslocando populações tradicionais, alterando profundamente as relações de produção e redesenhando a dinâmica urbano de forma subordinada à lógica do mercado e do controle territorial. As consequências desse modelo ainda hoje reverberam em desigualdades estruturais, conflitos socioambientais e no desmonte de modos de vida que resistem à homogeneização imposta pelo capital.

O fato é que o Estado passou a trabalhar sob as determinações dos militares e o processo de expansão do capitalismo por meio do desenvolvimentismo aprofundou-se, sendo a Amazônia envolvida pelo o discurso da integração nacional, do desenvolvimento regional e da segurança nacional. O discurso oficial, por outro lado, ao falar de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento, estava no plano ideológico, justificando a incorporação capitalista da Amazônia. Essa ação implicou mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, as quais, por sua vez, vão implicar transformações e novos significados na rede urbana. (Oliveira, 2007, p. 98-99)

O município de Açailândia, em especial a comunidade de Piquiá de Baixo, vivenciou de forma intensa os impactos dos processos de urbanização e de “desenvolvimento regional” pensados e articulados para a região amazônica pelos militares na década de 1960. No entanto, como aponta Sousa (2015), tais discursos mostram-se profundamente dissociados das práticas concretas implementadas pelos grandes empreendimentos econômicos.

Esta região conheceu a partir de 1980 notáveis processos de crescimento econômico e demográfico em face da difusão da siderurgia. No entanto, é válido afirmar que os discursos promovidos pelos atores envolvidos com a indústria siderúrgica não confirmaram na prática as condições de desenvolvimento local e regional às populações residentes no entorno ou próximos destes projetos. Este fato confirma os reais significados dos grandes empreendimentos, ou seja, dos enclaves econômicos difundidos na Amazônia brasileira e, de modo particular, no sudoeste do Maranhão. (Sousa, 2015, p. 216).

O contraste entre os grandes empreendimentos e a realidade vivida pela comunidade de Piquiá de Baixo é gritante. De um lado, os impactos socioambientais provocados pelo polo siderúrgico e pela Estrada de Ferro Carajás – EFC (Figura 3), que continuam sendo legitimados por discursos desenvolvimentistas e mascaram as reais consequências desses projetos. Do outro, ficou a comunidade, cuja dinâmica social, econômica e ambiental foi profundamente desestruturada ao longo dos anos, como se evidencia nas imagens abaixo.

Figura 3 - Vista aérea do bairro, margeado pelas siderúrgicas e pela Estrada de Ferro Carajás



Fonte: Arquivo da Justiça nos Trilhos (2015)

Na contramão dos interesses que movem os grandes grupos econômicos e os discursos hegemônicos do Estado, emergem, com força e legitimidade, os movimentos sociais enraizados nos territórios atingidos pelas dinâmicas de apropriação e exploração. É nesse contexto que se destaca a importância deste estudo, ao centrar sua atenção no protagonismo das comunidades impactadas, como Piquiá de Baixo, território marcado por profundas injustiças sociais, econômicas e ambientais decorrentes da implantação e expansão da cadeia produtiva siderúrgica.

A mobilização social da comunidade não apenas denuncia as violações sofridas, mas também desmonta os discursos desenvolvimentistas que, sob a roupagem do progresso, justificam a instalação de projetos extrativistas de larga escala, frequentemente alheios à realidade e aos direitos das populações impactadas. Assim, as reflexões apresentadas buscamos compreender as dinâmicas da formação territorial do município de Açailândia e da comunidade de Piquiá de Baixo a partir das lutas por justiça e dignidade, revelando um território não apenas impactado, mas também forjado pela resistência.

3.2 Aspectos históricos do processo de constituição e desenvolvimento de Açailândia – Maranhão

Com o nome Açailândia, o território surgiu em 1958, mas até 1981 era uma vila do município de Imperatriz. Tornou-se município com o Projeto de Lei n. 130, de 1975, conhecido como “Pró-Emancipação”, que anos depois seria transformado na Lei 4.299/81, tornando-o oficialmente município. Antes mesmo da emancipação, seus primeiros habitantes foram trabalhadores da rodovia Belém-Brasília (BR – 010). Essa obra mobilizou mais de mil trabalhadores, muitos oriundos de municípios do próprio estado do Maranhão. O nome Açailândia deriva do açazeiro, cujas palhas eram utilizadas para cobrir os barracos. Cabe registrar a existência do povo indígena Cúria e Cocranum na região, antes da chegada dos migrantes. Foi por meio do conhecimento desses povos que os recém-chegados encontraram os rios do território.

Becker (2005) revela o papel central do Estado como agente estruturador do espaço regional amazônico a partir da década de 1960. A construção da rodovia Belém-Brasília não apenas viabilizou o avanço da fronteira agrícola e o escoamento de riquezas naturais, mas também impôs uma lógica de desenvolvimento que ignorou as dinâmicas locais, os saberes tradicionais e os limites socioambientais da região. Assim, o processo de urbanização impulsionado pelo Estado não foi neutro: promoveu a concentração fundiária, o desmatamento e conflitos territoriais, conforme a autora apresenta:

[...] É a partir de 1960 que se inicia o processo de urbanização regional, a princípio com a construção da rodovia Belém-Brasília e, a seguir com a política territorial do Estado, a “política de integração nacional”, que intensificou os fluxos de mercadorias (bens e serviços), energia (trabalho, imigração, dinheiro) e informação (inovações e comunicações e envolveu uma política urbana e migratória [...]) (Becker, 2005, p. 405).

Com abundância de água e terra fértil, a produção de madeira foi um grande atrativo para fixar os trabalhadores na região, impulsionando o crescimento de assentamentos familiares

vindos de estados vizinhos, em especial do Ceará, nos anos 1960, com apoio do governo estadual. Nessa época, a região ficou conhecida pela grande produção de arroz, milho, mandioca, feijão entre outros alimentos. Essa diversidade, porém, foi drasticamente reduzida ao longo dos anos.

As mudanças mais significativas viriam com a política de desenvolvimento para a região amazônica, como aponta Sousa (2009):

A Amazônia, a partir da década de 1960 passou a figurar no cenário nacional como região de excelentes oportunidades e investimentos. A racionalidade imposta pelo capital através de suas distintas formas de organização fez com que a fronteira incorporasse novas características, novas formas e conteúdo. A Amazônia passa a configurar-se como espaço privilegiado para atuação ampliada do capital. (Sousa, 2009, p. 75).

Nesse período, às vésperas do golpe civil-militar, a Amazônia brasileira se tornou palco da exploração socioambiental, da apropriação de territórios e da presença dos polos agroindustriais planejados para a região, conforme apontam Trindade e Pereira (2007):

[...] a urbanização na Amazônia guarda profunda relação com a intervenção estatal, principalmente a partir da década de 1960, superando o índice de urbanização de todas as regiões do Brasil. O controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana, funcionando como um recurso estratégico para a rápida ocupação da região. (Trindade e Pereira, 2007. p. 313).

Esse projeto político, concebido pelos militares como ápice do desenvolvimento da região, provocou mudanças socioambientais e muitas violações de direitos, decorrentes das atividades produtivas do setor industrial ligada à cadeia da mineração. No Maranhão, Açailândia foi identificada como território estratégico. Nesse sentido, Loiola (2010) enfatiza:

[...] um conjunto de diretrizes políticas baseadas em estratégias de industrialização nacional motivou a instalação de empreendimentos minerais e sidero-industriais na Amazônia brasileira, como alternativa econômica viável para o desenvolvimento regional, principalmente nas localidades mais atrasadas, para que se pudesse integrar a Amazônia à economia nacional. Estas ações foram desenvolvidas para que a região se integrasse de forma funcional às dinâmicas de crescimento da economia nacional estando vinculadas a um planejamento coordenado pelo Estado nacional autoritário que se orientou conforme a lógica da geopolítica e da doutrina da segurança militar, com o propósito de atrair capitais para a região e, desta forma, promover processos de modernização regional. (Loiola, 2007, p. 22).

Além das boas condições naturais, o governo militar via a região como “e com” uma população de fácil domínio para servir ao projeto de desenvolvimento. O silêncio imposto pelo regime ditatorial não permitia qualquer tipo de organização reivindicativa da classe trabalhadora. Nesse contexto, o povoado de Açaílândia, cujo principal aglomerado era Piquiá, cresceu até se tornar município.

Em 1974, foi implantado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA. O objetivo era criar 15 polos de desenvolvimento, especializados em atividades produtivas, com foco na exploração dos recursos naturais. A área de suporte à exploração mineral foi estabelecida em Açaílândia. Segundo Sousa (2015, p. 210), a implantação deste programa encontrou estreitos vínculos com a constituição do Programa Grande Carajás (PGC), estabelecido através do Decreto Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

Sobre o POLAMAZÔNIA, Sousa (2009) afirma:

Conforme o Decreto nº 74.607/1974, seriam os seguintes centros ou polos de crescimento econômico instituídos na Amazônia brasileira a partir de então: Xingú-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá, Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Jurema, Aripuanã e Marajó. Com esses polos o governo militar iria canalizar incentivos fiscais e em extensão implantar infraestruturas adequadas que pudessem atrair investimentos de natureza privada. O Polo Amazônia preconizou, em sua essência, o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais e florestais em áreas prioritárias da Amazônia. Estes projetos aceleraram os processos de ocupação e o povoamento no âmbito regional, desencadeando impactos socioambientais diversificados na região amazônica. (Sousa, 2009, p. 100).

O objetivo do Programa era apropriar-se da região, sem qualquer preocupação com os modos de vida milenares existentes. Para Loiola (2005, p. 20), os discursos oficiais da época defendiam que os polos ligados ao setor industrial gerariam empregos, renda e dinamização da economia regional. Mas, na prática, prevaleceram a exploração do trabalho escravo, a perpetuação da pobreza e a degradação do meio ambiente.

Associado à sua consolidação como um dos principais núcleos urbanos do Maranhão, o município de Açaílândia passou a registrar, a partir da década de 1980, um expressivo dinamismo demográfico. Tal crescimento, como aponta Sousa (2015), está diretamente vinculado à presença de grandes empreendimentos no território e às estratégias de intervenção política voltadas à ocupação e exploração da região amazônica. Segundo o autor:

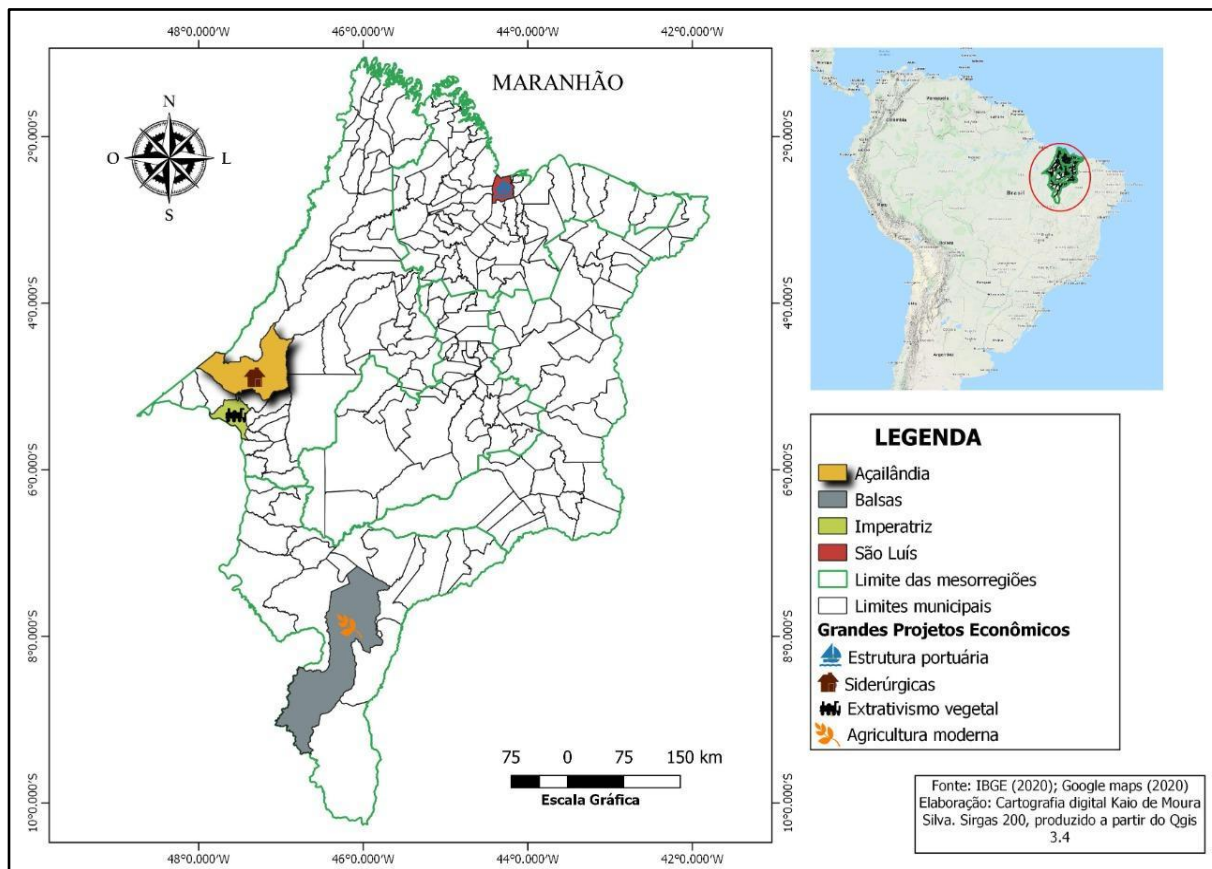
Este elevado incremento populacional verificado no município de Açailândia a partir da década de 1980 e expresso por meio do crescimento de sua população total, urbana e rural se associam aos surtos econômicos gerados pela presença das empresas siderúrgicas. No entanto, é preciso destacar ainda os estreitos laços destes empreendimentos com os processos de intervenção política manifestados na região amazônica, particularmente, neste município que foram vitais à instalação e funcionamento destas atividades econômicas. (Sousa, 2015, p. 221).

O crescimento populacional, portanto, não pode ser compreendido de forma isolada, tampouco romantizado como mero reflexo de “desenvolvimento”. Ele está imbricado em um processo mais amplo de reconfiguração territorial impulsionado por interesses estatais e amparado por decisões políticas centralizadas. Tais dinâmicas revelam a instrumentalização do território amazônico — e, de modo específico, do sul maranhense — como espaço de extração intensiva e circulação de riquezas, geralmente à revelia dos direitos e das necessidades das populações locais.

Desde então, a região abriga grandes projetos econômicos ligados ao setor industrial e mineral, resultando na expansão da fronteira agrícola maranhense, no avanço das monoculturas de soja e eucalipto e na intensificação das atividades de mineração. Todos esses projetos foram legitimados por discursos desenvolvimentistas. Como enfatiza Reis (2012, p. 3), a política de incorporação do espaço amazônico ao capital foi construída sob a retórica do desenvolvimento, mas nunca teve como objetivo o bem-estar coletivo, o respeito à natureza ou aos direitos humanos.

É importante destacar que Açailândia foi escolhida, no Maranhão, para abrigar o segundo maior parque industrial e siderúrgico do estado (Figura 4). Mesmo antes da emancipação, já era considerado um polo econômico estratégico, favorecido pela passagem da Estrada de Ferro Carajás, que seria um importante suporte para o agronegócio da região. A partir da década de 1980, os grandes empreendimentos econômicos, cujo objetivo principal era a produção e transformação de produtos para exportação, foram ganhando força na região, em especial em Piquiá de Baixo, com a instalação das siderúrgicas que formaram o polo industrial de Açailândia.

Figura 4 - Regiões de grandes projetos econômicos no Maranhão (1950-2010)



Fonte: Elaboração por Silva (2019).

Sobre os efeitos da urbanização na Amazônia oriental brasileira, Sousa (2015) ressalta que, por estar inserida nessa região, a porção sudoeste e sul do Maranhão vivenciou de perto os impactos negativos da urbanização, alterando o modo de vida da população e sua relação com a natureza:

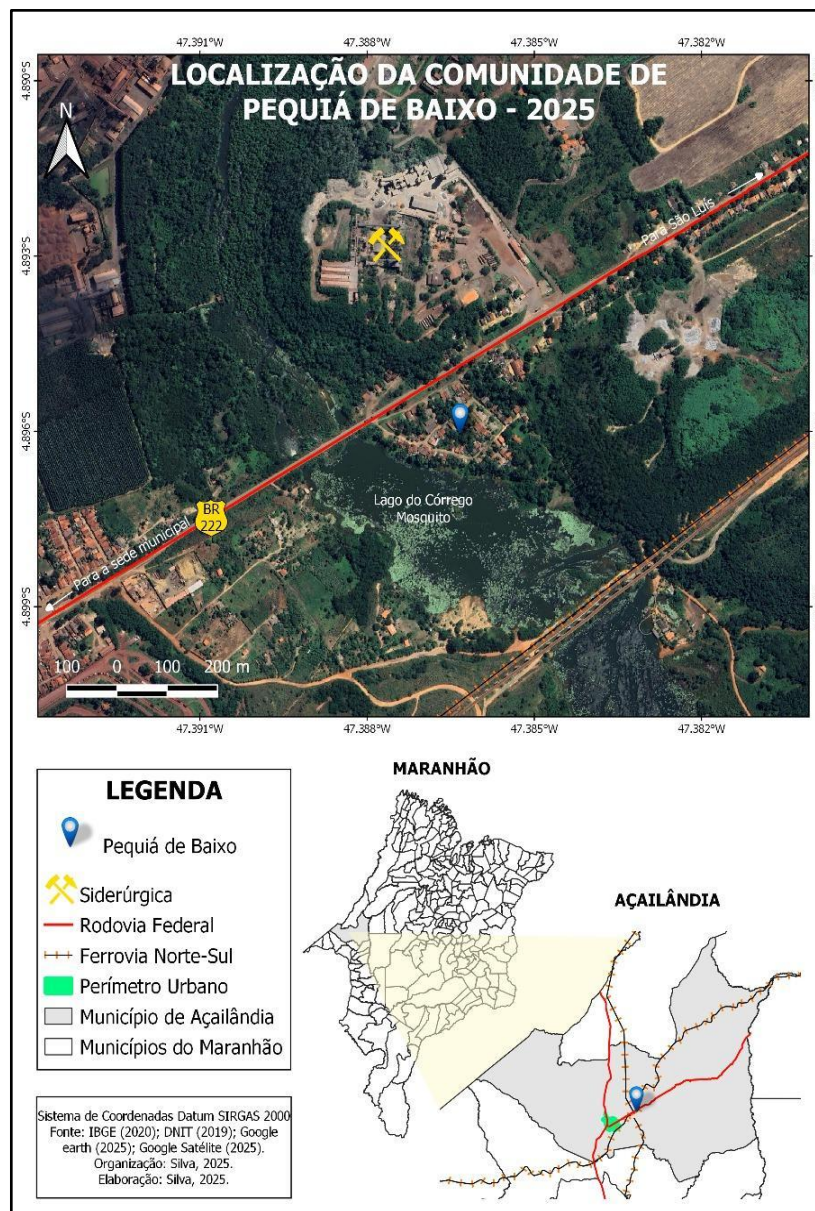
A urbanização constitui o pano de fundo no conjunto das estratégias de ocupação e povoamento presentes na região amazônica. A partir da década 1960 este processo avançou, expressando a intensa participação da população urbana no cenário regional amazônico. (Sousa, 2015, p. 179).

Esse novo contexto, surgido no início da década de 1980, trouxe a implantação do Projeto Grande Carajás, envolvendo os estados do Pará e Maranhão. Desde então, as moradoras e moradores da comunidade de Piquiá de Baixo passaram a conviver com altos índices de poluição emitidos pelas operações ligadas à cadeia da mineração da Vale S.A., pela produção de ferro-gusa, aço e cimento, além das termelétricas ali instaladas.

3.3 A formação territorial da comunidade de Piquiá de Baixo

Localizada na mesorregião oeste do estado do Maranhão (Figura 5), Açailândia é atualmente um dos principais núcleos urbanos da região sul maranhense, ao se considerar as dimensões econômica, demográfica e cultural. Açailândia assumiu grande importância no cenário estadual desde a década de 1980, com a difusão de diversas atividades econômicas. Nesse cenário, a comunidade de Piquiá de Baixo aparece como um dos primeiros a ser povoado. De fato, foi ali que se instalou uma das primeiras escolas do município, em 1974.

Figura 5 – Localização geográfica do município de Açailândia e comunidade de Piquiá



Fonte: Elaborado por Silva (2025).

Com uma área territorial de 6.831 km² e densidade demográfica de 18,34 hab./km², o município de Açaílândia conta com uma população de 106.550 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Piquiá de Baixo, considerado um dos bairros mais antigos do município de Açaílândia, caracterizava-se pela tranquilidade, pelo ar puro e pelas águas limpas típicas de bairros pequenos e afastados dos centros comerciais. Essa dinâmica se transformou com a chegada e instalação e atividades produtivas das siderurgias e da Estrada de Ferro Carajás (EFC) em 1980. O município foi apontado por grandes empreendimentos econômicos devido à sua localização favorável para escoar a produção mineral da região de Carajás e pela abundância de recursos naturais. Sobre a localização estratégica, Sousa (2015) enfatiza que:

[...] entende-se que, em razão da localização privilegiada e em face dos determinantes políticos e econômicos, é que o município de Açaílândia foi escolhido como uma área prioritária para os processos de produção e transformação do ferro-gusa, com vistas também a integrar o complexo industrial siderúrgico do sudeste do estado do Pará. (Sousa, 2015, p. 214)

Assim, o cenário atrativo de Açaílândia propiciou a criação e instalação do polo siderúrgico em Piquiá, que é atravessado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC). Todo o transporte do minério de ferro destinado ao porto do Itaqui para exportação, bem como o que abastece as siderúrgicas, é realizado em vagões abertos, em trens que chegam a compor até 300 vagões.

Pestana (2013) evidencia como o Programa Grande Carajás foi articulado em torno de uma lógica desenvolvimentista voltada prioritariamente para os interesses do capital internacional. A implantação do polo siderúrgico em Açaílândia, viabilizada pela construção da EFC, reflete um modelo de desenvolvimento voltado à exportação de *commodities*, em que a infraestrutura logística serve mais à extração e escoamento de recursos do que ao fortalecimento das economias locais. Dessa forma, o Programa Grande Carajás se insere em um histórico de políticas públicas que, sob o discurso do progresso, perpetuam a subordinação dos espaços amazônicos a interesses externos. De acordo com Pestana (2013):

O Programa Grande Carajás contribuiu decisivamente para a implantação do polo siderúrgico em Açaílândia, na medida em que a extração de minério em grande escala para abastecimento da demanda internacional, importou na construção da EFC que conectou o sítio de extração na Serra dos Carajás, localizada no estado do Pará, até o Porto da Ponta da Madeira em São Luís/MA. (Pestana, 2013, p. 34-35)

Sobre o favorecimento às siderúrgicas pelo fornecimento de matéria-prima que lhes chegavam pela ferrovia, Vieira (2015) destaca:

A instalação das indústrias de ferro-gusa no município de Açailândia, no final da década de 1980, foi induzida por uma favorável dotação de recursos naturais, incluindo nesse cenário o minério de ferro, principal insumo na produção do ferro-gusa, proveniente da província mineral de Carajás, através da recém-construída Estrada de Ferro Carajás (EFC). (Vieira, 2010, p.62)

Ao longo do processo de implementação, instalação e produção do polo siderúrgico, o Estado aliou-se aos grandes projetos econômicos que incorporaram uma concepção desenvolvimentista pautada no crescimento econômico, sem preocupação com outras dimensões, como o desenvolvimento social e o cuidado ambiental. Essa escolha foi sentida pela comunidade de Piquiá de Baixo, que, além de servir de mão de obra barata, não se beneficiou da riqueza ali produzida. Nesse sentido, Santos (2016) aponta:

O aumento de capital nas mãos dos investidores implica em impactos ambientais e sociais que resultam na desconstrução cultural e de vivências transmitidas por gerações, obrigando trabalhadores de outras regiões, população local, povos tradicionais a se adequarem às novas formas de sociabilidade que beneficiam o capital. Todo esse processo de exploração socioambiental é legitimado pelo discurso do desenvolvimento (Santos, 2016, p. 33).

A tabela a seguir apresenta a quantidade e composição das indústrias do polo siderúrgico e o ano de instalação no município de Açailândia, a partir da década de 1980. Destaca-se também a quantidade de fornos e a capacidade anual de produção. É possível observar que as instalações e produções das atividades siderúrgicas tiveram início nos anos finais da década de 1980 e início da década de 1990.

Tabela 1 – Composição das indústrias do polo siderúrgico em Açailândia (MA)

Denominação	Ano de Instalação	Quantidade de fornos	Capacidade anual de produção (ton)	Empregos previstos	
				Direto	Indireto
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré	1988	02	240.000	150	1350
Viena Siderúrgica S.A	1988	05	500.000	192	1500
Siderúrgica do Maranhão S.A	1993	02	200.000	170	1400
Gusa Nordeste S.A	1993	03	225.000	155	1455

Fergumar	1997	02	217.000	188	1500
Totais no polo siderúrgico		14	1.382.000	855	5750

Fonte: Organizado por Evangelista (2008).

Esse processo explica o crescimento populacional do bairro de Piquiá. Com a concentração de empresas no território, a população cresceu sem planejamento. Embora não haja informações confiáveis sobre o número de habitantes nos anos de 1980 no bairro, a parte denominada Piquiá de Baixo contabilizava cerca de 1.100 habitantes quando a Associação Comunitária de Moradores de Piquiá iniciou a luta por direito à reparação, no final daquela década. O bairro era circundado pelas cinco indústrias de ferro-gusa e pela Estrada de Ferro Carajás (Figura 6). Durante a produção siderúrgica, os altos níveis de poluição impactavam diretamente a vida humana, a fauna, a flora e o ambiente em geral. Essa situação obrigou muitas famílias a se mudarem por conta dos problemas de saúde.

Segundo Milanez (2009, p.63) o processo produtivo das siderúrgicas envolvem as três grandes etapas “a) a extensão do minério de ferro; b) a produção de ferro gusa; c) a produção e a transformação de aço semiacabado”. Com esse cenário, Piquiá de Baixo conheceu de perto os efeitos e impactos socioambientais provocados pelas siderúrgicas. Milanez (2009, p. 63) também ressalta muito bem esses efeitos e impactos, em suas palavras: “a produção de ferro e aço é uma atividade altamente poluente e intensiva no consumo de recursos naturais. A mineração de ferro tem gerado diversos impactos negativos sobre a paisagem, afetando os recursos hídricos e a qualidade do ar e, conseqüentemente, a qualidade de vida”.

Figura 6 – Piquiá de Baixo: proximidade entre as residências e siderúrgicas



Fonte: Arquivo da Justiça nos Trilhos (2015)

No contexto estadual, a produção do segmento industrial faz de Açailândia um dos maiores setores industriais do Maranhão e um dos mais importantes núcleos urbanos. No entanto, o que se denomina "modernização" não se traduz, no município, em qualidade de vida. Embora figure na 9ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, o Maranhão está entre as unidades federativas com o pior IDH do país: 0,676 (2021). Açailândia, por sua vez, apresenta índice de 0,672, segundo o IBGE. Fica evidente que da riqueza produzida muito pouco é revertido para o município, em especial para as comunidades diretamente impactadas.

Sobre a natureza e impactos do Programa Grande Carajás e da Estrada de Ferro Carajás nessa região, o estudo organizado pela Associação Justiça nos Trilhos (JnT) destaca:

Que o Programa visava garantir estrutura para exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro da região sudoeste do Pará, englobando grande gama de violações atreladas à hidroelétrica de Tucuruí. Com isso, veio a migração rural, a invasão de terras indígenas, ações dos grandes latifundiários ligados à pecuária, extração ilegal de madeira, a construção de polos siderúrgicos, de rodovias, dentre muitas outras, alterando de modo irreparável a Amazônia oriental brasileira (Justiça nos Trilhos, 2020, p. 29).

Ainda segundo o estudo da JNT, pelo bairro de Piquiá passa toda a produção oriunda da maior mina de minério de ferro a céu aberto, conforme se lê:

A Estrada de Ferro Carajás (EFC) liga a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, no município de Carajás, sudeste do Pará, ao Porto da Ponta da Madeira (São Luís, MA), e transporta, ao longo de seus 892 quilômetros, 120 milhões de toneladas de minério de ferro, ferro-gusa, manganês, cobre, combustíveis e carvão, e 350 mil passageiros por ano (Justiça nos Trilhos, 2020, p. 38).

É nesse contexto que a comunidade de Piquiá de Baixo passa a figurar como um dos territórios mais impactados pela cadeia da mineração no estado do Maranhão. Apesar disso, seu povo não permitiu que os impactos negativos anulassem sua força e capacidade de resistência e sua resiliência. A impossibilidade de tomar banho e pescar no rio que circunda o bairro, de utilizar suas águas para atividades domésticas — como lavar roupa e louças — ou de cultivar as roças que antes faziam parte da sua rotina, impediu que a comunidade continuasse realizando essas práticas ao longo dos anos e que era afirmação de seus modos de vida.

A partir da criação da Associação Comunitária de Moradores de Piquiá de Baixo, diversas iniciativas foram sendo criadas para melhorar a qualidade de vida das famílias, entre elas: a construção de um poço de água para abastecer a comunidade, a criação do Grupo de

Mulheres Artesãs, a reivindicação pela instalação e funcionamento da Unidade Básica de Saúde, o monitoramento da poluição e problemas de saúde. Por ser passagem para um importante balneário natural, conhecido como Banho Quarenta, localizado na zona urbana, a situação vivida pelas famílias podia ser observada por quem acessava o balneário nos finais de semana. Esse movimento ajudou a publicizar tanto as mazelas provocadas pela cadeia da mineração quanto a força organizativa da comunidade.

Em 2005, no âmbito dessa conjuntura, consolidou-se o movimento por moradia digna, expresso na luta pelo reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo, trajetória que foi concluída em outubro de 2024. O projeto coletivo de reassentamento foi impulsionado pela impossibilidade de permanência da população em um território profundamente contaminado pelas atividades siderúrgicas. Nesse processo, o objetivo constituiu em reassentar as moradoras e os moradores em um novo espaço, o bairro Piquiá da Conquista, localizado na área afastada das fontes de poluição e dos riscos cotidianos à saúde.

Nesse contexto de mobilização — marcado por reuniões, encaminhamento de denúncias sobre violações de direitos, manifestações e outras diversas formas de resistência — a autonomia das mulheres de Piquiá de Baixo emergiu como um elemento essencial desse processo, constituindo o foco central desta dissertação.

4 APROXIMAÇÃO CONCEITUAL SOBRE AUTONOMIA EM PAULO FREIRE

Me movo como educador porque, primeiro me movo como gente [...]. Posso saber pedagogia, biologia, astronomia, posso cuidar da terra como posso navegar. Sou gente. Sei que ignoro e sei que sei. Por isso, tanto posso saber o que ainda não sei como posso saber melhor o que já sei. E saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros (Paulo Freire)

O objetivo central desta seção é fornecer uma descrição dos princípios teóricos que compõem os aspectos relacionados ao conceito de autonomia. Nesse contexto, abordamos os elementos que fundamentam o processo de autonomia do ser humano, recorrendo às obras e ao pensamento de Paulo Freire, cuja abordagem valoriza a importância da educação como um processo de emancipação, autonomia e luta pela libertação. A conexão com a obra de Freire nos proporciona novas formas de refletir sobre a realidade social, especialmente no que tange a grupos em situação de vulnerabilidade e cujos direitos foram violados.

No caso em estudo, a comunidade de Piquiá de Baixo enfrenta violações socioambientais e promove reivindicações que se aproximam de elementos característicos das percepções de Paulo Freire sobre autonomia e liberdade. É certo que essas aproximações foram sendo construídas através das formações que ocorreram na comunidade ao longo dos anos. Ainda que a teoria fosse repassada através das reflexões sobre o vivido, sem nomeação dos teóricos, ela parece ter sido fundamental para a consolidação de entendimentos sobre a práxis da luta da comunidade.

Em princípio, todo processo de tomada de consciência passa pela combinação práxis-teoria-práxis num processo dialético do conhecimento. Neste sentido, bell hooks (2013, p. 83) ressalta a importância da teoria para o entendimento da realidade, afirmando que chegou a ela de forma desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao seu redor e dentro dela, e ressalta que queria, com a teoria, fazer a dor que ela sentia ir embora, fazendo referência à luta que enfrentava. Para a autora, a teoria faz parte do processo de cura, da resolutividade.

Essa breve menção sobre o papel da teoria é para reforçar sua função no prover os elementos e os fundamentos para o desenvolvimento e produção de conhecimentos a partir de bases conceituais construídas com estudos científicos, observações, experimentações, vivências e evidências, assegurando legitimidade às reflexões produzidas, conforme ensinamentos propagados nas lições freirianas.

4.1 Autonomia em Paulo Freire

[...] a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (Paulo Freire)

Na sequência das reflexões fundamentadas em Freire, nesta seção buscaremos compreender o conceito de autonomia na perspectiva da pedagogia libertadora, iniciando pela ênfase dada pelo autor à ética, sem a qual não seria possível desenvolver uma prática libertadora. Refletir e viver os valores de respeito mútuo com vistas à promoção humana faz parte da tomada de consciência para os processos de transformação social. Nessa concepção, não há espaço para o diminuir o semelhante. A ética seria uma vocação natural do ser humano.

Dialogando com a experiência de Piquiá de Baixo, as investidas em nome de um pseudodesenvolvimento que beneficia alguns em detrimentos de outros – sobretudo alguns que nem mesmo vivem no território sacrificado, lugar de onde se retira o lucro para assegurar o bem-estar de quem promove o sacrifício alheio – estariam contra a ética libertadora. Na medida em que a comunidade de Piquiá identifica as contradições da falsa ética exibida pelas empresas, ela busca caminhos e constrói estratégias para desmascará-la, mostrando suas crueldades, ao mesmo tempo que se faz notar em sua luta por respeito e dignidade.

Para Paiva (2006, p. 83-84), Paulo Freire não define explicitamente a autonomia, mas sugere que ela implica na capacidade e liberdade de aprender para construir e reconstruir os conhecimentos. Assim, a autonomia vai se configurando nas vivências e nas contradições do cotidiano, na luta por dignidade num sistema de exploração em que vive a classe trabalhadora.

No percurso feita pelas mulheres artesãs na edificação da autonomia, podemos observar, a partir dos testemunhos, que elas tiveram que revisar valores, desconstruir conceitos, problematizar sentimentos e obediências para superar um estado de subserviência, até alcançarem o lugar onde o protagonismo feminino ganhasse respeito político no processo de luta instalado no território. Em seus relatos, a indignação com a forma com que eram tratadas pelos homens da comunidade e pela política das empresas foi ganhando concretude nas denúncias de violações de direitos, o que Paulo Freire considera essencial para a prática transformadora que leva à autonomia.

Considerando todo o processo de reivindicação de direitos, o reassentamento e a luta enfrentada pela comunidade de Piquiá de Baixo, as mulheres desempenharam um papel revolucionário nas estratégias adotadas pela comunidade. O processo vivenciado pelas

mulheres artesãs as leva à libertação como sujeitas de direitos, o que, para Freire, é essencial para o desenvolvimento pleno do ser humano.

De acordo com Paulo Freire (2000), a autonomia do ser humano é um processo gradual que se constrói ao longo de suas vivências e experiências. Inicialmente, os primeiros aspectos dessa autonomia emergem na relação direta e íntima com os pais, onde se estabelecem as bases do ser autônomo. Neste estágio, a criança começa a desenvolver um senso de identidade e independência sob a orientação e influência dos pais. À medida que cresce, essa autonomia é ampliada e refinada nas interações com a sociedade em geral. Através da convivência social, da educação formal e informal e das experiências cotidianas, o indivíduo continua a fortalecer e a expandir sua capacidade de agir de maneira autônoma. Portanto, a construção da autonomia é um processo dinâmico e contínuo, que se estende ao longo da vida, influenciado tanto pelas relações familiares quanto pelas experiências sociais e educacionais.

É evidente a proximidade do pensamento de Paulo Freire com a realidade social. Para ele, é na relação ao longo da vida que se alcança o ideal de liberdade e autonomia. O relato a seguir revela essa afirmação:

Gostaria mais uma vez de enfatizar o quanto acredito na liberdade, o quanto me parece essencial que ela se manifeste na tomada de decisões. Foi isso, pelo menos, o que marcou minha experiência como filho, irmão, aluno, professor, marido, pai e cidadão (Freire, 2000, p. 119).

Nessa linha, podemos afirmar o quanto ousadas foram as mulheres artesãs de Piquiá ao tomarem decisões num contexto social tão adverso à escuta feminina. De acordo com Paulo Freire, as influências externas desempenham um papel importante no desenvolvimento da autonomia dos indivíduos. Possivelmente, os contatos que elas passaram a ter em razão dos enfrentamentos que tiveram que fazer proporcionaram a elas elementos que as permitiram confrontar o *status quo* em que se encontravam. Se, para Freire, a autonomia é um caminho construído do seu interior, as mulheres souberam acessá-lo. Trata-se de um caminho que está intrinsecamente ligado à responsabilidade assumida pelos sujeitos na medida em que assumem as influências externas para potencializar a força de seus interiores, como se observa na passagem a seguir:

O que é filosoficamente maravilhoso, eu acho, é ver como, aparentemente começando a partir da influência externa, em um determinado momento essa disciplina começa da própria criança, de seu interior. Isso é, essa é a estrada na qual caminhamos, algo

que vem de fora se transforma em autonomia, em algo que vem de dentro. Esse é o resultado. (Freire; Horton, 2003, p.182)

Ao eleger a experiência das mulheres artesãs como mote para explorar a experiência de Piquiá de Baixo, com todo reconhecimento aos ensinamentos de Paulo Freire, não poderíamos deixar de trazer a crítica de bell hooks, grande estudiosa e admiradora das obras de Paulo Freire, ao aborda de maneira contundente o tema da autonomia, liberdade e o sexismo presente nas primeiras obras do educador brasileiro. Em seu livro *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade* e hooks destaca a importância de reconhecer essas questões, sem que isso limite a capacidade das mulheres (principalmente as feministas) de aprenderem com as ideias de Freire. Segundo ela:

Enquanto lia Freire, em nenhum momento deixei de estar consciente não só do sexismo da linguagem como também do modo com que ele (e outros líderes políticos, intelectuais e pensadores críticos progressistas do Terceiro Mundo, como Fanon, Memmi etc.) constrói um paradigma falocêntrico da libertação - onde a liberdade é a experiência da masculinidade patriarcal estão ligadas como se fossem a mesma coisa. Isso é sempre motivo de angústia para mim, pois representa um ponto cego na visão de homens que têm uma percepção profunda. Por outro lado, não quero, em nenhuma hipótese, que a crítica desse ponto cego eclipse a capacidade de qualquer pessoa (e particularmente das feministas) de aprender com as percepções. É por isso que é difícil para mim falar sobre o sexismo na obra de Freire; é difícil encontrar uma linguagem que permita estruturar uma crítica e ao mesmo tempo continue reconhecendo tudo o que é valioso e respeitado na obra. (Hooks, 2013, p 69 - 70).

Apresentamos as contribuições de bell hooks (2013) sobre as ideias de Paulo Freire num ato de reconhecimento que tais limitações não prejudicam os conceitos valiosos extraídos do modelo de educação que promove a conscientização, a emancipação, a autonomia e a liberdade do ser humano, desenvolvidos por ele. Assim como hooks, valorizamos e nos conectamos com as práticas que promovem a transformação social, mas reconhecemos a crítica como possibilidade de superação, nas novas construções, do sexismo ainda existente na base de teorias importantes para os processos de luta. bell hooks (2013) faz uma distinção lúcida entre a crítica às obras de Freire e sua importância nos processos de formação para as transformações sociais, como se lê na passagem a seguir:

É o pensamento feminista que me dá força para fazer a crítica construtiva da obra de Freire (da qual eu precisava para que, como jovem leitora de seus trabalhos, não absorvesse passivamente a visão de mundo apresentada), mas existem muitos outros pontos de vista a partir dos quais abordo sua obra e que me permitem perceber o valor dela, permitem que essa obra toque o próprio âmago do meu ser. Conversando com feministas da academia (geralmente mulheres brancas) que sentem que devem ou

desconsiderar ou desvalorizar a obra de Freire por causa do sexismo, vejo claramente que nossas diferentes reações são determinadas pelo ponto de vista a partir do qual encaramos a obra. Encontrei Freire quando estava sedenta, morrendo de sede (com aquela sede, aquela carência do sujeito colonizado, marginalizado, que ainda não tem certeza de como se libertar da prisão do status quo), e encontrei na obra dele (e na Malcolm X, de Fanon etc.) um jeito de matar essa sede. Encontrar uma obra que promove a nossa libertação é uma dádiva tão poderosa que, se a dádiva tem uma falha, isso não importa muito. (Hooks, 2013, p. 70 - 71)

Considerando a perspectiva de uma educação fundamentada no pensamento crítico, consciente e na liberdade das sujeitas e sujeitos, a experiência de luta enfrentada pela comunidade de Piquiá de Baixo, desde 1980, se alinha com a colaboração desses autores. O pensamento de Paulo Freire (1992, p. 53) enfatiza que “o ato de conhecimento, não é só de conteúdo, mas inclui a razão de ser dos fatos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, históricos”. E por que não acrescentar, nessa lista, a leitura da realidade desde a perspectiva de gênero?

Feitas essas considerações, destacamos que, a partir deste processo de conscientização sobre a realidade e do engajamento na luta contra as violações socioambientais e de outros direitos, surgem os processos de autonomia na comunidade de Piquiá de Baixo, particularmente no que diz respeito à configuração do papel feminino. Desse modo, apresentamos os elementos que compõem o processo de autonomia, exemplificado pelo Grupo de Mulheres Artesãs de Piquiá, que ao longo dos anos de luta foram capazes de transformar sua realidade através das suas experiências e reivindicações. Foram elas, empoderadas pela autonomia consolidada ao longo do processo de luta, que compuseram as linhas de frente das marchas na BR-222, para chamar atenção das autoridades para às reivindicações da comunidade, bem como ocuparam espaços centrais nas múltiplas negociações que resultaram no projeto de reassentamento das famílias.

5 A QUESTÃO DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PELAS MULHERES ARTESÃS DE PIQUIÁ

Na presente seção, o objetivo é trazer para a reflexão o recorte de gênero a partir do contexto de luta da comunidade Piquiá de Baixo, com vistas a compreender melhor como um grupo pequeno de mulheres sobressaiu num processo tão complexo. Estamos falando de uma comunidade situada no limite da zona urbana com a rural, com difícil acesso a outros bairros, sem transporte público, o que dificulta a constância de relações sociais — tão importantes para trocas e confrontos de ideias. Ainda, trata-se de uma comunidade com características culturais machistas, em luta de enfrentamento contra uma política de desenvolvimento voltada para o público masculino.

Segundo Pimentel e Mendes (2023), ao desenvolver o tema sobre estereótipo de gênero, descrevem como a discriminação da mulher vai sendo admitida no senso comum, como se observa:

Estereótipos de gênero, portanto, podem ser compreendidos como a aplicação automática e mecânica dos papéis socialmente estabelecidos aos homens e mulheres, reproduzindo acriticamente conceitos ou imagens preconcebidas pelo senso comum, normalmente usadas para justificar e julgar moralmente determinados comportamentos. (Pimentel; Mendes, 2023, p.67)

Acompanhando a reflexão apresentada pelas autoras, compreendemos que as mulheres de Piquiá assumiam os papéis tradicionalmente impostos pela sociedade patriarcal, ocupando os espaços permitidos sem grandes contestações. Essa virada torna-se evidente quando, ao revisitar as observações e os registros no caderno de bordo das rodas de conversa, não identificamos relatos ou testemunhos que indicassem qualquer movimento de resistência por parte das moradoras e moradores contra a implantação dos empreendimentos ligados à cadeia da mineração em Piquiá de Baixo, especialmente no que se refere às siderúrgicas.

Naquele momento, as mulheres ainda viam com bons olhos a chegada das empresas, uma vez que representavam oportunidades de emprego para seus maridos e filhos — até que perceberam que uma ruptura na rotina da comunidade estava gerando consequências adversas. Entre elas, a intensificação da carga de trabalho e das responsabilidades atribuídas às mulheres, tanto no contexto doméstico quanto coletivo. Podemos observar isso claramente no relato abaixo de uma das integrantes do Grupo de Mulheres Artesãs.

No início, a gente se enganou quando as siderúrgicas chegaram. A gente achava que eles iam trazer muito emprego para a comunidade, que ia ser um céu aberto. Só que foi tudo ao contrário. A gente vivia tranquila aqui. Aí, quando eles começaram a arrancar os matos e fazer a terraplanagem, já começou a atingir a gente em todos os lados, porque a distância da fazenda que eles compraram para instalar as siderúrgicas para nossas casas era bem pequena. Ali nós já ficamos tristes. De lá para cá a gente não teve mais sossego. (Informação verbal, 2021)¹⁰

As mobilizações começaram a intensificar quando os impactos negativos das atividades siderúrgicas se tornaram cada vez mais evidentes. Destaca-se, entre esses impactos, o fato de os empregos oferecidos serem, em sua maioria, por meio de empresas terceirizadas, com salários baixos e sem inclusão das famílias — mulheres e filhos — nos planos de saúde, mesmo diante das doenças comprovadamente causadas pela poluição gerada pelas próprias empresas.

Nesse contexto, as falas das mulheres artesãs de Piquiá de Baixo revelam que o sofrimento vivido no cotidiano da comunidade, especialmente relacionado aos impactos provocados pelas atividades siderúrgicas, foi um elemento central no despertar para a busca da autonomia feminina. As mulheres, responsáveis pelos cuidados com os filhos pequenos, com as pessoas idosas e com o bem-estar geral da família, foram as primeiras a sentir, de maneira concreta e cotidiana, os efeitos dos impactos ambientais e sociais provocados pelos empreendimentos ligados à mineração.

Dentre os relatos, destacam-se falas recorrentes a problemas respiratórios generalizados, especialmente entre crianças pequenas. Ao mesmo tempo, os baixos salários recebidos pelos maridos, empregados por empresas terceirizadas, tornavam inviável o acesso contínuo a medicamentos e tratamentos médicos. Assim, torna-se possível compreender que o despertar para a autonomia feminina não ocorreu de forma abstrata, mas emergiu da vivência concreta do cuidado e da sobrevivência, articulando gênero, saúde, território e resistência como dimensões interdependentes no cotidiano dessas mulheres. Uma das moradoras apresenta muito bem algumas das problemáticas relacionadas à produção das atividades siderúrgicas. De acordo com ela:

A questão não é a instalação dessas empresas, é o que e como elas fazem. Degradam o meio ambiente, colocam a população uns contra os outros. Ao mesmo tempo em que fornecem emprego para o morador, eles não são justos quanto ao salário que é pago. Não vejo muitas vantagens além de um salário (dependendo do cargo) que é

¹⁰ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2021.

pago ao trabalhador. Vejo mais desvantagens como a degradação ambiental e os inúmeros problemas sociais e na saúde dos moradores. (Informação verbal, 2021)¹¹

A autora Bader Sawaia (2001), da área da psicologia social, trabalha com o conceito do sofrimento ético-político, que tem como ideia central a dor provocada por injustiças sociais. É um sofrimento que se caracteriza por sentimentos de humilhação, subalternidade e desvalor. Na vivência das mulheres artesãs, a dor é superdimensionada porque não é uma dor individual, mas coletiva. A mulher chama para si o sofrimento dos parentes, dos vizinhos, da comunidade. Os relatos das mulheres revelam que elas sabiam que aquele sofrimento vinha das injustiças perpetradas no território por sujeitos externos, como siderúrgicas e outros empreendimentos, sem interlocutores, como se a comunidade não importasse.

A gente reivindicou os nossos direitos, por uma moradia digna. Pelo reassentamento da comunidade. (Informação verbal, 2021)¹²

Pouca atuação do poder público, poluição do ar que, conseqüentemente, afeta não só os moradores (principalmente os mais vulneráveis, que são crianças, idosos e pessoas com a saúde fragilizada), mas também a valorização do local e, conseqüentemente dos imóveis; infraestrutura precária; criminalização (tendo conseqüência a falta de oportunidades, tanto para jovens quanto para toda a população); falta de transporte público e escolar, entre muitos outros. (Informação verbal, 2021)¹³

O rompimento das mulheres com o *status quo* de subserviência pode ter sido o jeito de matar a sede por justiça e encontrar a libertação para superar as opressões, como enfatizou bell hooks (2013), ao dizer o que significou estudar as lições de Paulo Freire sobre autonomia, ressaltando a importância de se perceber sujeito de direitos dentro de relações desiguais. Nessa mesma linha, Praça (2021), no trabalho sobre o corpo feminino como potência de vida e luta, fala sobre a tomada de consciência por parte das mulheres e sua importância para os processos de transformação:

Ao nos tornarmos conscientes do nosso corpo e das necessidades dele, vamos nos reconhecendo poderosas. Assim como passamos a compreender nossas necessidades, vontades, prazeres, limitações e afetações. Não nos deixamos mais ser determinadas por um sistema de normas e padrões sobre nossos corpos e os papéis que esperam que

¹¹ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2021.

¹² Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2021.

¹³ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá de Conquista, 2021.

sejam exercidos na sociedade. [...] Assim, desde o autoconhecimento de si, desse corpo-casa, compor o corpo coletivo que se encontra, troca, constrói forças e resistências. Corpo esse, individual e coletivo, que é matéria, mas também vibrações, emoções, energias, ar, água e terra. Que, ao se abrir e se fechar, encontra-se com o território que lhe é chão, comunidade, morada e vida. (Praça, 2021, p. 65-66)

O processo vivido pelas mulheres artesãs (Figura 7) está em plena sintonia com os pensamentos das autoras. Ao entenderem que a condição de gênero determinava o lugar de fala, elas se despertaram para as forças contidas na representatividade feminina, mas tomaram consciência que precisavam ocupar espaços ainda não permitidos. Essa tomada de consciência foi sendo forjada na medida em que as mulheres foram reconhecendo os próprios potenciais e a força do coletivo feminino.

As estratégias de lutas por políticas sociais contra essas injustiças foram a formação da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP), em prol da comunidade, para lutar por nossos direitos. Com a criação da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo e a ajuda de algumas ONG's, como a Justiça nos Trilhos (JnT) e outras que ajudam a Associação em parceria com a JnT, vamos levando as causas cada vez mais longe e, graças a Deus, essa parceria tem dado certo aqui pra comunidade de Piquiá. (Informação verbal, 2021)¹⁴

O enfrentamento à discriminação de gênero por parte das mulheres na luta da comunidade de Piquiá de Baixo parece ter emergido da consciência do sofrimento ético político, pois, como ensina Sawaia (2001, p. 103), “ele retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. Ao se perceberem nessa condição, as mulheres se rebelam e criam um paradigma para a autonomia feminina na comunidade, de forma a se fazerem respeitadas na luta que era delas como mulheres, mas também, do coletivo.

Figura 7 – Momento na oficina de bordado livre com as Mulheres Artesãs no Clube de Mães de Piquiá de Baixo

¹⁴ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2021.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Identificamos que o movimento por moradia, ou seja, a luta pelo reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo, também representou um dos caminhos importantes para a construção da autonomia das mulheres. Nesse processo, elas passaram a se perceber como capazes de ocupar outros espaços na sociedade, para além dos que historicamente lhes foram impostos, como o cuidado com o marido, os filhos e as atividades domésticas.

A luta por moradia se destaca como uma dimensão relevante porque, desde o início do processo, as mulheres compõem a maioria dos participantes e estão presentes de forma constante nas atividades desenvolvidas na comunidade. Ao longo desse tempo, foi possível observar o protagonismo feminino nas tomadas de decisão, nas denúncias, nos atos públicos,

nas manifestações (Figura 8), na organização comunitária e, atualmente, em posições de liderança na diretoria da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP).

Figura 8 – Moradoras e moradores celebram conquista após 30 horas de manifestação em frente ao portão de uma das siderúrgicas



Fonte: Arquivo da Justiça nos Trilhos (2014)

É importante considerar que o engajamento das mulheres na luta pelo reassentamento esteja relacionado ao significado simbólico e afetivo que atribuem à moradia/casa. Concordamos com Souza (2013), ao afirmar que o sentido da “casa” para as mulheres ultrapassa a necessidade física de abrigo, assumindo dimensões mais amplas. Segundo a autora:

A casa, para a grande maioria das mulheres, é um bem de primeira necessidade. Não é apenas um local que lhes proporciona segurança e privacidade, mas é também — e sobretudo — onde elas exercem muitas das tarefas que socialmente lhes foram impostas, além de ser onde elas historicamente se reservam, ambos em razão da divisão sexual do trabalho. (Souza, 2013, p. 3)

O movimento por moradia, portanto, adquiriu significados mais profundos do que simplesmente garantir acesso a uma casa em um novo bairro. Ele abriu horizontes para a

atuação das mulheres em outros espaços sociais e possibilitou uma reflexão consciente sobre políticas públicas voltadas para suas realidades. Atualmente, o mercado de trabalho ainda não é uma realidade para todas as mulheres de Piquiá, seja por conta da herança patriarcal profundamente enraizada na sociedade, seja em razão de suas trajetórias familiares ou de classe social. Por outro lado, algumas conseguiram romper essas barreiras e ingressar em novos espaços profissionais; outras se dedicam à participação ativa na vida do bairro, estimulando momentos coletivos de aprendizagem, partilha e formação.

Essas mudanças permitiram que as mulheres iniciassem um percurso de participação política, não mais restrito ao âmbito doméstico e reprodutivo. Elas passaram a se adaptar a um novo modelo de vida, assumindo, inclusive, a dupla jornada de trabalho. Como salienta Rossini (1998, p. 8–15), “Na medida em que a mulher está entrando cada vez mais no mercado de trabalho, começa a se ver como trabalhadora e não mais como elemento que ‘ajuda’ [...]”. Nos relatos abaixo, as mulheres enfatizam esse desassossego pela dependência financeira e pela satisfação em poder manter-se.

Porque quando a mulher trabalha, ela não depende de homem. É mais fácil para se manter. Quando a mulher depende de homem, ela sofre muito. (Informação verbal, 2021)¹⁵

Porque além de fazer o que eu gosto, é possível conhecer novas pessoas. Também posso comprar minhas coisas. (Informação verbal, 2021)¹⁶

Porque com meu trabalho eu tenho autonomia de decidir o que eu posso fazer. (Informação verbal, 2021)¹⁷

No que se refere ao processo de autonomia das mulheres da comunidade de Piquiá de Baixo, é possível identificar um novo significado atribuído ao trabalho: para além da necessidade de sustento, o trabalho revela sua independência nas tomadas de decisão e representa um rompimento com a dependência financeira historicamente relacionada à figura masculina como provedor da família.

¹⁵ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2021.

¹⁶ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2021.

¹⁷ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2021.

6 AUTONOMIA FEMININA E O MOVIMENTO ARTESANAL COMO FERRAMENTA DE EXPRESSÃO, MEMÓRIA E DENÚNCIA

Ao longo dos anos, a comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia (MA), tem se destacado pela resistência e pela organização popular diante das dificuldades impostas pelo modelo de desenvolvimento marcado pela presença das siderúrgicas. Nesse processo, a participação ativa das moradoras e moradores foi fundamental para fortalecer laços coletivos e reivindicar melhorias.

A voz popular é algo que transforma a sociedade. A população de Piquiá de Baixo, aos poucos começou a se mobilizar, a realizar formações para conhecer seus direitos e deveres, e passou a buscar parcerias, convocando reuniões com representantes do poder público para assim expor realmente o que se passa. (Informação verbal, 2021)¹⁸

A fala da moradora revela o reconhecimento da organização popular na luta da comunidade na busca por seus direitos. Ela consegue descrever o quão largo foi a construção desse caminho, exibindo as ações e estratégias que foram sendo trabalhadas ao longo do tempo. Ao enfatizar a expressão “a voz popular”, ela reconhece a força do coletivo e a sua força transformadora, em franco diálogo com o que Paulo Freire concebe como autonomia. Nesse contexto, vamos identificando os elementos que foram constituindo o processo que resultou na autonomia feminina das mulheres de Piquiá de Baixo, em especial das mulheres artesãs e seu papel na luta comunitária, que se soma a outros grupos e atores.

Os momentos de partilha durante as oficinas de bordado (Figura 9), realizadas no formato de roda de conversa, constituíram espaços importantes para esse levantamento. O Clube de Mães foi o local escolhido para o desenvolvimento desses encontros. Localizado ao lado da unidade Escola Municipal Almirante Barroso, que atendia crianças e adolescentes nos primeiros cinco anos do ensino fundamental, o Clube de Mães conta com um salão, onde se realizam atividades das mulheres e de outras lideranças da comunidade, além de uma pequena cozinha, um depósito e um banheiro.

As informações apresentadas nesta seção foram extraídas das anotações da observação participante e do diário de campo durante a realização dos ciclos de bordado livre com o grupo de mulheres artesãs. A partir delas, buscamos refletir sobre o processo de construção da autonomia feminina e seu impacto na luta pelo reassentamento das famílias como parte da reparação integral.

¹⁸ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2021.

Figura 9 – Grupo de Mulheres Artesãs expondo alguns produtos em maio de 2023



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

6.1 Expressões do bordado livre

Bordar é tecer com afeto, o pedaço de uma história.
(frase popular do universo do bordado)

Desde muito jovem, despertei uma afinidade explorar atividades manuais. Costumo dizer que minha paixão pelo feito à mão nasceu na adolescência. Antes de me dedicar ao bordado, aprendi crochê, e desde então venho sendo guiada pela magia do fazer manual — pois nelas, acredito, habitam memórias, afetos e narrativas inteiras.

O bordado livre entrou na minha vida em 2020, durante o período da pandemia, por meio de uma amiga querida, Idayane Ferreira, na época minha vizinha. Como nossas casas compartilhavam o mesmo espaço, vivenciamos diversas experiências naquele momento — de práticas de yoga a aniversários, noites de pizza e, sobretudo, a esperança por dias melhores. Na época, a prática do bordado livre representava apenas um hobby — uma forma de lidar com o isolamento, a instabilidade e as incertezas daquele contexto. Com o tempo, o que era apenas um hobby passou a assumir novos significados. As linhas ganharam profundidade. Passei a realizar encomendas e a conduzir oficinas de bordado livre, foi como o bordado se consolidou

como mais do que um simples fazer manual: tornou-se uma linguagem, uma forma de expressão feminina e uma maneira de estar no mundo. Na imagem abaixo (Figura 10) é possível observar o meu primeiro bordado livre.

Figura 10 – Registro do primeiro bordado desenvolvido pela autora.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2020).

A história do bordado está intrinsecamente ligada à trajetória das mulheres, embora essa relação tenha sido, por muito tempo, marcada pela imposição e não pela escolha. Ao longo dos

séculos, o bordado foi utilizado como ferramenta de controle social, sendo ensinado às meninas desde a infância como parte de uma educação voltada à obediência, ao silêncio e à preparação para o casamento. Como afirma Maria do Carmo Guimarães Pereira, em seu livro *Bordado: sua história, seus silêncios* (2022), essa prática ocupava um lugar ambíguo na vida das mulheres: ao mesmo tempo em que as silenciava, também lhes oferecia meios de expressão.

No século XVI, com a criação de escolas voltadas à formação de meninas, o ensino de técnicas como a costura e o bordado era direcionado à conformação de um ideal feminino centrado na domesticidade, na passividade e na preparação para a vida conjugal e reprodutiva. Nessa perspectiva, o bordado simbolizava silêncio e docilidade. As mulheres, frequentemente confinadas ao espaço privado e excluídas das esferas públicas de debate e decisão, tinham seus corpos e mentes ocupados por práticas que exigiam tempo, atenção e concentração — mas não voz.

Apesar disso, as próprias mulheres passaram a ressignificar esse fazer ao longo do tempo. A prática, antes imposta como dever, foi transformada em linguagem e resistência. Mesmo em contextos de censura ou repressão, o bordado tornou-se meio de denúncia, registro e preservação da memória coletiva.

Um exemplo emblemático desse processo são as *arpilleras* chilenas, criadas durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973–1990). Produzidas com retalhos — muitas vezes provenientes de roupas de pessoas desaparecidas —, essas colagens bordadas narravam a dor, a violência e a ausência de entes queridos, constituindo-se como importantes ferramentas de denúncia e resistência frente à violência do regime.

No Brasil, há experiências semelhantes. Em comunidades atingidas por barragens, mulheres utilizam o bordado para expressar a dor das perdas, os danos causados pela destruição de seus territórios e a resistência de seus povos. O coletivo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, tem registrado memórias e denúncias por meio do bordado como ferramenta de luta política e pedagógica.

Assim, o bordado, que já foi símbolo de opressão, tornou-se também lugar de expressão, denúncia e construção de subjetividades. É nesse entremeio — entre imposição e liberdade — que o bordado revela sua força histórica. Ele nos mostra como as mulheres, mesmo nos contextos mais restritivos, souberam transformar o silêncio imposto em palavra costurada, memória preservada e resistência viva. Hoje, para muitas mulheres, bordar é finalmente uma escolha. Um gesto de liberdade.

Quanto às oficinas de bordado livre, elas foram escolhidas pelo método que nelas se encontra: pensar o que se quer bordar, por que se quer bordar, o espaço do bastidor para o tecido a ser bordado, as cores do bordado, o produto final. A interface desse processo com a escuta das mulheres sobre o percurso até a autonomia permitiu uma interação mais qualificada, ao mesmo tempo em que novas chaves de leitura da realidade vivida por elas iam surgindo.

As oficinas ocorreram em três ciclos, e, em cada um deles, os temas das conversas dialogavam com os elementos do respectivo ciclo. O primeiro ciclo focou a introdução aos elementos do bordado livre, incluindo suas dimensões, características e potencialidades. Nele, a escuta foi direcionada às motivações e às bases para a organização das mulheres no processo de construção da autonomia feminina. O segundo ciclo concentrou-se no aprofundamento do aprendizado e na dinâmica da prática do bordado. Nessa etapa, as mulheres artesãs puderam detalhar as estratégias que foram tecendo para seguir na afirmação da autonomia e como ela se entrelaçava à luta da comunidade. O terceiro e último ciclo foi dedicado à finalização dos bordados e à escuta dos testemunhos sobre a incidência das mulheres — já empoderadas pela autonomia — na fase final da construção das casas do reassentamento e nas expectativas quanto ao novo lugar de moradia.

6.1.1 Primeiro ciclo de oficinas de bordado livre: os elementos do bordado e a autoestima das mulheres

O primeiro ciclo de oficinas foi realizado nos dias 15, 22 e 29 de abril de 2023 (Figura 11), no Clube de Mães, localizado na comunidade de Piquiá de Baixo. É importante ressaltar que tais atividades foram desenvolvidas em parceria com a Associação Justiça nos Trilhos, que assessora diretamente à comunidade no que se refere ao processo do reassentamento e outras demandas afins, bem como com a Associação dos Moradores de Piquiá de Baixo, representante da comunidade em suas reivindicações. Em razão dessa colaboração, o registro dos logotipos dessas organizações consta no convite para as oficinas, conforme se observa na fotografia apresentada a seguir.

Figura 11 – Cartaz de divulgação da oficina de bordado livre que aconteceu em abril de 2023



Fonte: Justiça nos Trilhos (2023).

Nesse ciclo, foi apresentado o bordado livre como ferramenta flexível e expressiva dentro do universo do bordado, permitindo a sua execução em uma variedade de tecidos, incluindo roupas, ecobags e tecido em bastidores, sem a necessidade de seguir estritamente regras pré-definidas. Essa liberdade criativa proporciona às mulheres a oportunidade de experimentar diversos formatos, agregando versatilidade ao processo artístico de construção do bordado.

Ainda sobre as técnicas, foram apresentados diferentes tipos de bordados, incluindo — mas não se limitando a — modelos para porta maternidade, bordados com frases, reprodução de fotografias e criação de imagens diversas, ampliando assim o repertório e as possibilidades

criativas das mulheres artesãs. Através dessa abordagem, visamos praticar as técnicas e incentivar a expressão individual no desenvolvimento artístico.

Com a apresentação da metodologia para o início do bordado, as mulheres foram trazendo os elementos que as levaram a protagonizar a autonomia. Quando lhes foi explicando que, antes do primeiro movimento da agulha, era necessário planejar o trabalho, pensar e definir os riscos do desenho (Figura 12), escolher o tecido, selecionar a caneta específica para marcação do risco, determinar o tamanho do bastidor, definir as cores a serem usadas e separar uma tesoura para arremate. Elas passaram a relatar as vivências e acontecimentos na comunidade e o quanto precisaram assumir a linha de frente da luta pelos seus direitos.

Refletindo sobre as vivências iniciais, fazendo uma analogia com as etapas do primeiro ciclo, que compreender todos os elementos envolvidos em uma situação — e a maneira como se articulam — contribuiu para que percebessem a importância de conhecer os recursos disponíveis para a realização de qualquer tarefa. Os elementos e materiais do bordado (Figura 13) foram apresentados de forma minuciosa nas imagens, o que favoreceu o contato visual e tornou a compreensão do trabalho mais concreta. Elas reconheceram que a escolha adequada e a correta utilização dos materiais são fatores essenciais para o desenvolvimento e a qualidade dos bordados, assegurando que os resultados alcancem o nível de realização previsto nos objetivos.

Figura 12 – Um dos riscos para iniciar a oficina de bordado livre



Figura 13 – Materiais necessários para a oficina de bordado livre



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Observamos que o fato de as mulheres terem a oportunidade, através do bordado, de conhecer um processo com início, meio e fim fez com que, em especial as três líderes do grupo, apresentassem as inquietudes semelhantes às do período em que começaram a reagir frente ao machismo que as impedia de expor suas ideias para melhorar a luta da comunidade. Segundo os relatos, naquela oportunidade pensaram mais nas possíveis rejeições do que nos recursos que tinham para serem usados. Durante as rodas de conversas, elas lembraram que ser mulher e mãe poderia ser uma força nos protestos realizados ao longo desses anos de luta e resistência na comunidade.

Pra mim, foi muito importante poder participar da luta do Piquiá, porque lá a gente tava brigando pelos nossos direitos. Foi onde também eu conheci o Grupo de Mulheres Artesãs, que era no Clube de Mães, e comecei a participar desse grupo. Comecei a participar dos cursos, das formações que tinha, e fui me identificando, fui aprendendo. (Informação verbal, 2024)¹⁹

Durante as rodas, as conversas também versaram sobre a importância de compreender as técnicas da arte de bordar para organizar os pensamentos, pois o domínio dessa arte requer tempo dedicado e exploração das possibilidades disponíveis. O processo de aprendizagem é uma jornada contínua, que permite não apenas o aprimoramento das habilidades técnicas, mas também a descoberta de novas formas de expressão e a satisfação pessoal proporcionada pelo envolvimento criativo. Nesse sentido, o investimento de tempo e esforço dedicados ao objetivo não apenas aprimora as habilidades individuais, mas também proporciona descobertas.

Após a compreensão dos elementos e características inerentes ao processo de criação e produção do bordado livre e do conhecimento dos diversos tipos de bordados disponíveis, o passo seguinte foi trabalhar a relação afetiva com o que se faz, a partir de sua importância. Conforme aprofundavam suas habilidades, as mulheres começaram a praticar os pontos aprendidos, o que contribuiu para a manifestação da autoestima do grupo.

O período do primeiro ciclo de oficinas (Figura 14), com as rodas de conversa proporcionou não apenas a consolidação dos elementos e características do bordado livre, mas, também, ressaltou os esforços empreendidos pelas mulheres quando entenderam que era preciso romper com o *status quo* que as impedia de ser protagonista na luta da comunidade frente às violações de direitos perpetrados pela cadeia da mineração, conforme relato a seguir:

Esses cursos me deu a sabedoria — não só de fazer o que eu sei fazer hoje, que é costurar, bordar, fazer crochê. Tudo eu sei através dos cursos, através das formações que a gente tinha. Então, hoje, pra mim, eu posso dizer assim: eu consegui tudo aquilo que eu almejava naquele momento e me sinto muito feliz de poder participar porque também pra gente foi um aprendizado muito grande. (Informação verbal, 2024)²⁰

Figura 14 – Integrante do Grupo Mulheres Artesãs em oficina de bordado livre

¹⁹ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2024.

²⁰ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

6.1.2 Segundo ciclo de oficinas de bordado livre: a ruptura do “medo”

No segundo ciclo de oficinas (Figura 15), ocorrido nos dias 20 de maio e 03 e 24 de junho de 2023, dedicamos o tempo à transferência do risco do bordado para o tecido, à atenção aos detalhes de cada ponto, ao cuidado com o acabamento do ponto e à preservação do tecido. Essa etapa proporcionou às mulheres a oportunidade de praticar o bordado sem o medo de errar. Para esse fim, elas selecionaram uma variedade de modelos de bordado, com o objetivo de aprimorar cada ponto no tecido.

Ao refletirem sobre o processo de conquista da autonomia, as mulheres relatam que, à medida que suas ideias eram valorizadas nas reuniões da comunidade, sentiam-se mais fortalecidas e menos receosas de compartilhar suas experiências. Um aspecto interessante, evidenciado nas rodas de conversa desse ciclo, foi a quantidade de mulheres participando das atividades relacionada ao processo de reassentamento e o apoio mútuo entre elas: sempre que uma participante pedia a palavra, as demais respondiam com palmas, sinalizando concordância e incentivo. Esse gesto, por sua vez, estimulava outras pessoas presentes a se juntarem aos

aplausos, reforçando o clima de acolhimento coletivo. Romper o medo, portanto, parece ter sido o fio condutor do ciclo de bordado livre.

O medo sempre foi usado para o domínio. Com ele, vem a ânsia do que está por vir, sobretudo pelas incertezas. Assim, na medida que o sujeito que sente o medo vai se munindo de conhecimento sobre a situação que o provoca, o medo vai sendo desconstruído, dando espaço ao protagonismo antes inibido por ele. Nesse caminho, o relato a seguir revela uma nova perspectiva de vida:

Tudo que eu sei hoje — que é ganhar meu próprio dinheiro, sei fazer várias coisas, tenho conhecimento dos meus direitos, que eu não tinha conhecimento até eu participar desse grupo — veio com as formações que a JnT dava pra gente. Para as mulheres, ensinando os valores das mulheres, as formações sobre autonomia, sobre autoestima, autocuidado. Tudo isso eu não conhecia. E, depois que eu comecei a participar do grupo, das formações, eu fui tendo conhecimento e fui me libertando daquilo que eu era presa. Daquela mulher que era presa só dentro de casa. (Informação verbal, 2024)²¹

Figura 15 – Integrante do Grupo no segundo ciclo da oficina de bordado livre



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

²¹ Informação verbal fornecida por integrante da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo durante roda de conversa em Piquiá da Conquista, 2024.

Cada bordado revela a dedicação e o talento das mulheres (Figura 16), refletindo não apenas o domínio da técnica do bordado livre, mas também a profundidade artística alcançada ao longo do processo de aprendizagem. Esses bordados expressam, ainda, o fortalecimento da autoestima e a busca por autonomia, mesmo em contextos onde essa autonomia nem sempre lhes era permitida. Tanta no Grupo de Mulheres Artesãs quanto nas atividades e reuniões da comunidade, foi possível observar mudanças significativas na postura corporal das mulheres: estavam com os rostos erguidos, a fala firme e os olhares atentos ao ambiente e às pessoas que as escutavam. Um processo de transformação estava em curso.

Outro aspecto marcante desse ciclo foi a relação de colaboração, evidenciada pelos olhares de cumplicidade e incentivo entre elas. Era bonito observar como se elogiavam, apoiando o trabalho umas das outras, enquanto também compartilhavam informações sobre suas famílias, seus trabalhos domésticos, o preço dos alimentos e as notícias da comunidade e assim seguiam os assuntos.

Figura 16 – Bordado finalizado na oficina de bordado livre



Durante o segundo ciclo, foram promovidas discussões voltadas a finalização dos bordados, abrangendo uma variedade de técnicas para realizar o acabamento. Além disso, realizamos conversas sobre precificação das peças e sobre estratégias para a divulgação do trabalho do grupo. Essas iniciativas tiveram como propósito sensibilizar as mulheres a importância de valorizar o destino de suas criações, garantindo que o retorno obtido pelo trabalho tivesse significado social e econômico para elas.

Observar-se, ainda, que as escolhas para os traçados passaram a incorporar expressões simbólicas da luta das mulheres. Entre os elementos representados nos bordados – como a figura feminina, imagens da natureza, o processo de luta da comunidade e a autonomia das mulheres. Esses aspectos podem ser identificados nos bordados produzidos nesse processo e exibido também na Figura 17.

Figura 17 – Bordado finalizado na oficina de bordado livre



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

6.1.3 Terceiro ciclo de oficinas de bordado livre: o empoderamento das mulheres

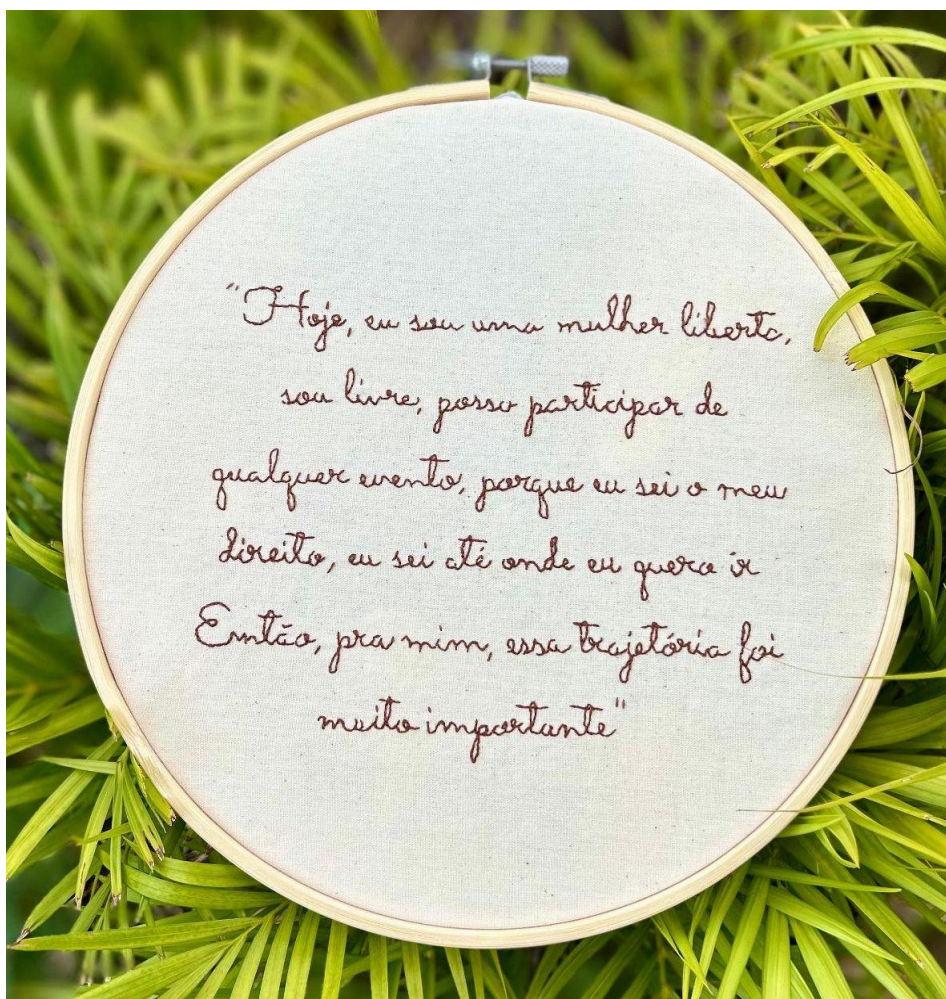
O terceiro ciclo teve como foco o encerramento do processo dos bordados, constituindo uma etapa que marca simultaneamente a conclusão das obras bordadas e o início da fase de preparação e apresentação dos produtos na exposição. Nesse momento, o fazer com afetividade ganha centralidade, uma vez que cada peça bordada incorpora lutas, resistências, aprendizagens, desafios enfrentados e superados, bem como a expressão da criatividade e do cuidado dedicado à sua elaboração. Para as mulheres envolvidas, participar de cada etapa do processo foi essencial, já que é no próprio bordado que se afirma a conexão simbólica e afetiva com as pessoas.

Esse ciclo, realizado em novembro de 2024 a junho de 2025, compreendeu a escolha dos riscos que comporiam os bordados destinados à exposição de bordado livre — produto final dessa dissertação —, e ao e-book representando essa experiência. As escolhas feitas pelas mulheres reúnem elementos que retratam a dinâmica da comunidade em relação às instalações das siderúrgicas, ao impacto ambiental, ao coletivo de mulheres e à singularidade de cada integrante do grupo. Tal composição evidencia que a construção da autonomia feminina foi sendo tecida sem perder da individualidade de cada participante, ao mesmo tempo em que o coletivo — no caso, o Grupo Mulheres Artesãs — constituiu o espaço de transformação que impulsionou a conquista da autonomia sob a perspectiva de gênero.

O empoderamento das mulheres não apenas garantiu sua inserção nos espaços de decisão das lutas comunitárias, como também impulsionou sua ocupação de outros territórios políticos e sociais historicamente negado as mulheres. Como revelam seus relatos, somente elas poderiam expressar às autoridades o impacto cuidar de filhas e filhos adoecido pela poluição ou de lidar com o aumento do trabalho doméstico. Esse processo de autorreconhecimento de suas habilidades e capacidades, como lembra hooks (2013), são práticas que promovem a transformação social.

A afetividade presente nos relatos das mulheres foi fundamental para estabelecer uma conexão com as autoridades públicas e com a luta coletiva da comunidade, chamando-as, nos ensinamentos de Paulo Freire, a uma postura ética e a uma relação humanizada, como ilustrado no bordado sobre autonomia apresentado a seguir (Figura 18):

Figura 18 – Bordado inspirado em relato da integrante do Grupo de Mulheres Artesãs.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025).

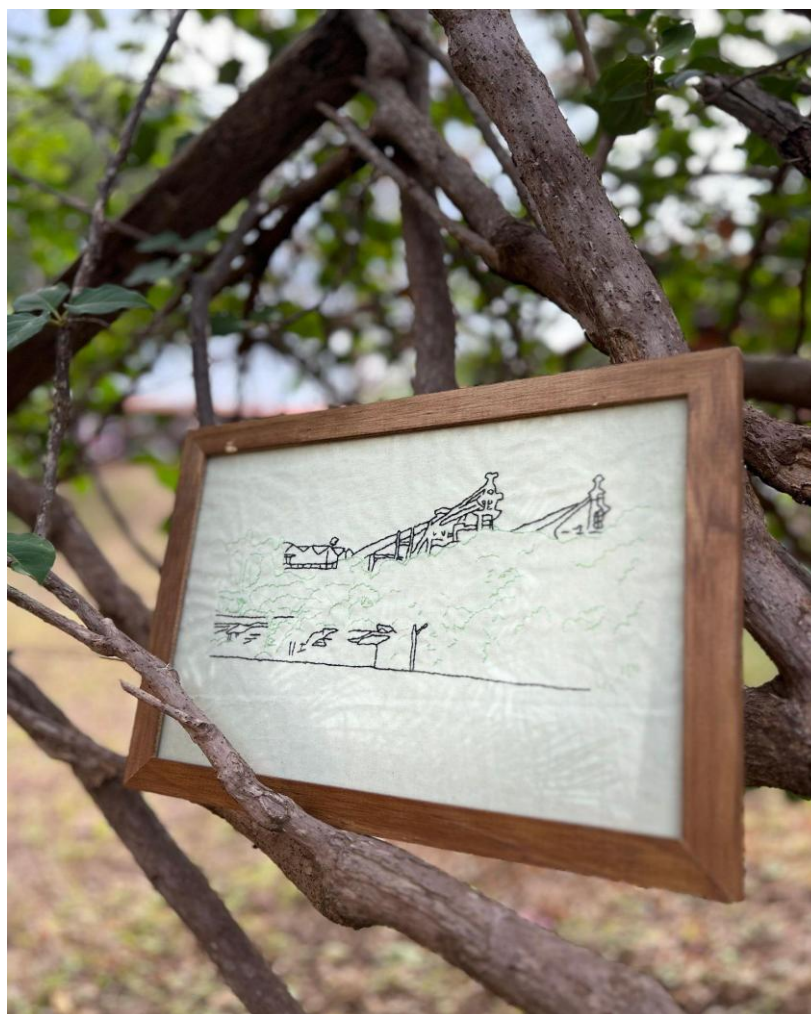
Os traços e escritas escolhidos para os bordados a serem apresentados na exposição e no e-book (Figura 19) denunciam as violações de direitos, demonstrando que a arte é uma importante aliada nas lutas populares, independente da forma como é expressada. As mulheres, nessa trajetória, já seguras com relação às técnicas do bordado livre e quanto ao seu protagonismo na afirmação da autonomia feminina, sabem que o fechamento de um ciclo só ocorre para permitir que outro se inicie. A conquista do projeto do reassentamento leva as famílias a encerrarem o ciclo de moradia em Piquiá de Baixo para iniciar uma nova fase em que as vizinhas poderão não ser as mesmas, em que o rio não será referência, mas em que outras possibilidades poderão vir. Mais uma vez, serão as mulheres a assumir a linha de frente nas relações a serem construídas e na criação de estratégias para a adaptação no novo bairro.

Certamente, os novos bordados trarão os traços do reassentamento como conquista advinda do esforço coletivo, mas também carregarão as inquietações que impulsionam o crescimento da autonomia feminina, elemento que se revelou essencial na luta pela reparação

integral. Para as mulheres, a possibilidade da exibição pública dos bordados é uma forma de registrar e publicizar a luta da comunidade, as responsabilidades das empresas e do poder público, mas, sobretudo, de criar conexões. Nesse sentido, a autonomia concebida pelas mulheres artesãs atende ao princípio transformador inerente à sua essência, como ensina Paulo Freire.

Os ciclos desenvolvidos permitiram tecer os pontos de saberes construídos a partir das rodas de conversa, orientadas pelos bordados com traços da realidade vivida pelas mulheres artesãs. Se, de um lado, a expressividade afluída no decorrer dos encontros permitiu compreender a complexidade do processo que leva à autonomia feminina em num contexto que reúne obstáculos de diferentes origens, de outro, possibilitou conhecer a graduação do processo emancipatório das mulheres e sua incidência transformadora na luta comunitária.

Figura 19 - Bordado inspirado nos resultados da pesquisa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025).

7 O PRODUTO DA PESQUISA

Como produto desta dissertação de mestrado, foram realizadas oficinas de bordado livre no formato de rodas de conversa com o Grupo de Mulheres Artesãs de Piquiá de Baixo, que deram origem a uma exposição de bordados e a um ebook contendo registros significativos desses encontros. Esse material reúne elementos dos momentos vivenciados nas oficinas, dos relatos compartilhados pelas participantes e dos processos de construção da autonomia feminina observados na comunidade ao longo desse período.

7.1 Exposição Entre Linhas e Lutas: a experiência de autonomia das mulheres de Piquiá através do bordado livre

Como mencionado anteriormente, um dos produtos desta dissertação, é a exposição Entre Linhas e Lutas: a experiência de autonomia das mulheres de Piquiá através do bordado livre, resultado das oficinas de bordado livre desenvolvidas com o Grupo de Mulheres Artesãs de Piquiá de Baixo. A exposição evidencia o bordado livre como uma ferramenta sensível de expressão, memória e luta. Cada peça bordada carrega fragmentos de histórias pessoais e coletivas, revelando aspectos do cotidiano, das resistências e da construção da autonomia feminina em um território marcado por desigualdades sociais e ambientais.

As oficinas de bordado livre, no formato das rodas de conversa, foram agendadas de acordo com a disponibilidade das mulheres em um diálogo conjunto. Esses encontros acontecerão em espaços dentro da comunidade, proporcionando um ambiente confortável e acolhedor para promover a escuta e compartilhamento de experiências.

A roda de conversa, como proposta metodológica, destaca-se por criar um espaço de escuta ativa e construção coletiva do conhecimento. Essa abordagem favorece a expressão de diferentes pontos de vista e incentiva o pensamento crítico entre os participantes. De acordo com Melo e Cruz (2014, p. 32), essa prática permite “que os participantes expressem, concomitantemente, suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto, assim como permite trabalhar reflexivamente as manifestações apresentadas pelo grupo”. Assim, a roda de conversa se consolida como um instrumento importante capaz de fomentar o diálogo, a participação e a aprendizagem significativa, sobretudo no contexto de comunidades que são impactadas por grandes empreendimentos.

Nesse sentido, a inclusão das oficinas de bordado livre, que foram realizadas durante a pesquisa de dissertação de mestrado, proporcionou uma oportunidade de reflexão sobre a

experiência das mulheres de Piquiá de Baixo e os processos de autonomia que elas vivenciam. Sabemos que a prática do bordado atravessa gerações ao longo da história, cada época com suas características específicas. Atualmente, a prática do bordado apresenta uma linha muito tênue em relação aos ideais de 'mulher' na sociedade patriarcal e à emancipação financeira dessas mulheres. Conforme Gasparin expõe:

Se, para muitas mulheres, o bordado significou uma prisão aos ideais patriarcais, que dela exigiam requisitos mínimos para que assumissem um certo valor perante a sociedade, para outras significou também uma emancipação financeira para si e para a família. Em alguns contextos, o bordado assume a condição de marca de amor, como nos lenços bordados com as iniciais dos namorados; em outros, como resistência ao apagamento de uma história, como os lenços bordados das mães de desaparecidos na ditadura argentina. (Gasparin, 2021, p. 8,9).

No estudo de Gasparin (2021), a profundidade da prática do bordado é explorada, revelando sua riqueza como uma tradição que transcende o tempo. Como ela observa, o ato de bordar é muito mais do que uma simples habilidade manual: é um elo que conecta gerações de mulheres, transmitindo saberes e experiências ao longo das eras. Ela destaca a importância do bordado como um veículo de conexão cultural e conhecimento compartilhado. Para Gasparin (2021, p. 8), “o bordar, assim como costurar e tecer, traz consigo esses ecos de outras vidas, acumuladas em saberes transmitidos através de gerações de mulheres que entre si compartilham técnicas e experiências”.

O bordado livre, constitui uma técnica caracterizada pela ausência de padrões ou esquemas preestabelecidos, conferindo à bordadeira ampla liberdade expressiva na elaboração das suas composições. Diferentemente das técnicas tradicionais de bordado, como o ponto cruz ou o bordado richelieu — que seguem desenhos geométricos ou formas repetitivas com rigor técnico e precisão —, o bordado livre propõe uma abordagem mais intuitiva e subjetiva, na qual a criatividade individual é valorizada como elemento central do processo.

Essa técnica pode ser aplicada a uma variedade de superfícies têxteis e objetos utilitários ou decorativos, como camisetas, ecobags, bastidores decorativos, flâmulas, toalhas, entre outros, evidenciando sua versatilidade estética e funcional. Além disso, por não exigir equipamentos sofisticados nem conhecimentos prévios altamente especializados, o bordado livre tem se consolidado como uma prática acessível e inclusiva, frequentemente associada a movimentos de valorização do fazer manual, da arte têxtil e da produção artesanal no contexto contemporâneo.

Em termos metodológicos, o bordado livre permite a experimentação de diferentes tipos de pontos, cores, texturas e composições, sem a obrigatoriedade de seguir uma lógica linear ou simétrica. Tal característica o torna especialmente relevante em estudos sobre artes manuais, pedagogia do fazer artístico e processos de criação no campo do design têxtil. Além disso, o bordado livre tem sido apropriado como linguagem estética por artistas visuais e artesãos que buscam, por meio do fio e da agulha, expressar narrativas pessoais, questionamentos sociais ou construções simbólicas de identidade.

Com isso, o bordado livre se configura não apenas como uma técnica artesanal, mas como um campo fértil de experimentação artística e cultural, cuja valorização reflete transformações contemporâneas nas formas de produção. Nesse sentido, a intenção é apresentar uma exposição de bordado livre, evidenciando os resultados desta pesquisa — o processo de autonomia das mulheres na comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia – MA, e a luta por direitos que a comunidade vem enfrentando desde a década de 1980 diante das injustiças socioambientais provocadas pela cadeia de produção siderúrgica.

A exposição de bordado livre, planejada como um dos produtos finais desta dissertação de mestrado, foi idealizada com a intenção de ser itinerante, de modo a alcançar diferentes espaços e públicos. Seu objetivo é circular pela comunidade, ocupando escolas, centros culturais e outros locais de convivência, ampliando o acesso à produção artística e simbólica das mulheres envolvidas. Além disso, a exposição pode ser apresentada em encontros de formação, seminários e demais eventos dos quais o Grupo de Mulheres Artesão de Piquiá participe, fortalecendo vínculos coletivos e promovendo registros de suas narrativas por meio dos bordados.

7.2 Criando um e-book a partir da experiência do Grupo de Mulheres Artesãs

No tópico anterior desta dissertação, discutimos como as oficinas de bordado livre, associadas às rodas de conversa, se configuraram como um espaço potente de escuta, memória e elaboração crítica. As técnicas manuais — muitas vezes desvalorizadas ou reduzidas a atividades exclusivamente domésticas — revelaram-se ferramentas expressivas para o resgate de vivências e para a reinterpretação dos desafios enfrentados pelas mulheres em sua trajetória de resistência e criação de estratégias de enfrentamento. Foi a partir dessas práticas que se originou este e-book, fruto das experiências vivenciadas com o Grupo de Mulheres Artesãs de

Piquiá de Baixo. A proposta do material é compartilhar esse percurso de forma acessível e sensível, contribuindo para o debate sobre gênero, território e resistência.

O e-book foi elaborado como uma ferramenta de sistematização e divulgação dessa experiência, com o objetivo de registrar a autonomia das mulheres envolvidas, bem como ampliar o alcance das reflexões geradas durante as rodas de conversa. Para isso, o conteúdo foi organizado de forma a articular os relatos orais, as imagens dos bordados produzidos e trechos das discussões que emergiram espontaneamente nos encontros, possibilitando a experiência de compreender os modos como essas mulheres elaboram e ressignificam suas vivências. Segue abaixo capa e conteúdo do e-book elaborado.

Figura 20 – Capa do e-book produzido a partir da experiência do Grupo de Mulheres Artesãs

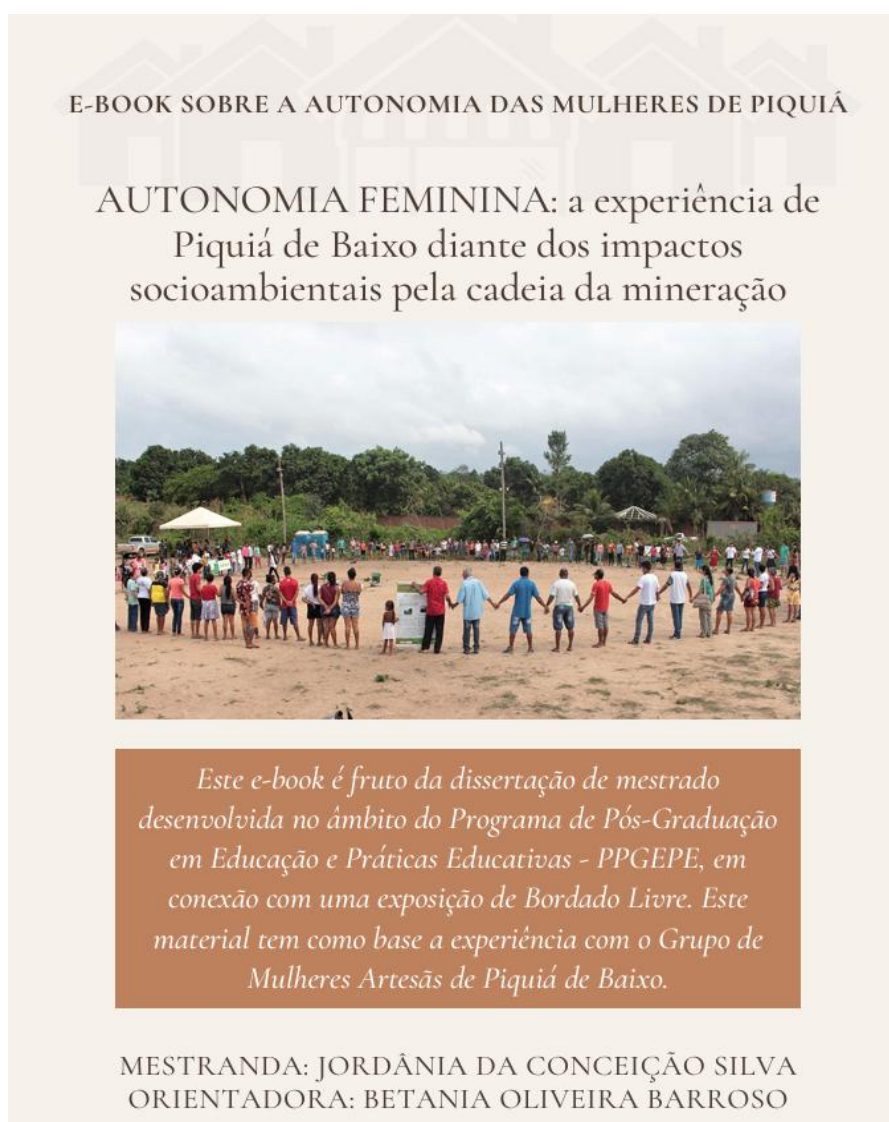


Figura 21 – Conteúdo do e-book produzido a partir da experiência do Grupo de Mulheres Artesãs

Conteúdo

Piquiá de Baixo, Açailândia-MA 05

Aspectos históricos do processo de constituição e desenvolvimento de Açailândia – Maranhão.

Grupo de Mulheres Artesãs 08

Criação, formação e autonomia do Grupo de Mulheres Artesãs de Piquiá de Baixo.

Oficinas de Bordado Livre 11

Elementos, características e potencialidades das oficinas de Bordado Livre.

Elementos Adicionais 16

Vivências, reflexões e observações sobre o processo de autonomia das mulheres de Piquiá.

Considerações finais 18

Considerações sobre o processo de pesquisa e reflexões encontradas no caminho.

jordania.cs@discente.ufma.br



Fonte: E-book elaborado pela autora, p. 2 (2025).

Além de funcionar como um registro documental, o e-book também se propõe como instrumento pedagógico e político, ao evidenciar o papel das práticas artesanais como formas de resistência, cuidado coletivo e expressão de subjetividades femininas em um território

historicamente marcado por desigualdades socioambientais e de gênero. Sua estrutura contempla introdução, contextualização da comunidade, apresentação das mulheres artesãs, metodologia das oficinas, reflexões sobre os processos de autonomia e uma galeria dos bordados realizados.

A produção do e-book, portanto, não apenas reforça o compromisso da pesquisa com a devolutiva social, mas também contribui para a socialização de experiências transformadoras que podem inspirar outras iniciativas em contextos semelhantes. Ao reunir bordado, memória, luta e resistência, o material reafirma a potência criativa e política das mulheres de Piquiá de Baixo e dá visibilidade às suas vozes por meio de uma linguagem acessível, sensível e comprometida com sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo confirma o que há tempos é denunciado pelas próprias moradoras e moradores de Piquiá de Baixo, ou seja, que o modelo de desenvolvimento imposto às comunidades é, acima de tudo, um projeto de violações de direitos. Confirmamos, ao longo da pesquisa, a centralidade do protagonismo feminino na construção de caminhos de resistência e de autonomia diante de um sistema que tenta silenciar e apagar vidas em nome do lucro e da expansão do capital.

O avanço dos grandes empreendimentos na região, sob o manto do discurso desenvolvimentista, tem deixado marcas profundas como a degradação ambiental, a precarização das condições de vida e a constante negação de direitos básicos. Enquanto as empresas siderúrgicas acumulam riqueza, a comunidade foi forçada a sobreviver em meio aos impactos gerados pela cadeia de mineração, ao descaso e à invisibilidade institucional. Entretanto, ficou demonstrado que a comunidade de Piquiá de Baixo reagiu a tais violações erguendo uma luta coletiva, tecida com coragem e persistência de suas moradoras e moradores, na qual as mulheres ocupam papel de destaque.

A organização comunitária, consolidada na criação da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo em 2005 e fortalecida por anos de mobilização em diferentes esferas, representa uma resposta firme e articulada às violências impostas. A atuação incansável em encontros de base, denúncias públicas, marchas, protestos e negociações revela um movimento que não aceitou as transformações no cotidiano, as violações de direitos e os impactos socioambientais.

Dentro desse processo, as mulheres de Piquiá de Baixo, em especial o Grupo de Mulheres Artesãs, assumiram a linha de frente na luta por dignidade, memória e território. Foram elas que, a partir do cotidiano, da prática comunitária e da produção coletiva, se somaram como protagonistas na construção de alternativas concretas para a subsistência durante o processo de luta em favor do projeto do reassentamento. A partir dessa mobilização, surgiram outras experiências, como o grupo de mulheres da Horta para a Cozinha e o grupo de mulheres do Restaurante Sabor da Conquista – iniciativas que afirmam a autonomia e a força da ação feminina.

A história dessas mulheres é marcada por resiliência e resistência. Desde a década de 1970, elas enfrentam as consequências de um ciclo de exploração que transformou o território em zona de sacrifício. Mesmo diante de tantas mudanças e violações, construíram processos de

autonomia que são, ao mesmo tempo, políticos, afetivos e coletivos. Autonomia que não é dada, mas conquistada no dia a dia da luta.

Paulo Freire (2000, p.121) oferece uma perspectiva importante ao refletir sobre a autonomia ao afirmar que “Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser”. Neste sentido, parece ter sido esse o processo da construção da autonomia das mulheres de Piquiá de Baixo. Num território com presenças tão adversas, a exemplo dos impactos maléficos das siderúrgicas e do machismo dentro da própria comunidade, elas foram despertando e construindo o próprio espaço para se afirmarem como sujeitas de direitos.

Compreendemos que a presença do polo siderúrgico em Piquiá de Baixo é resultado de um projeto acordado entre o poder estatal e a iniciativa privada, sob a justificativa de um pseudo desenvolvimento regional que não respeita as vivências, saberes e direitos das comunidades amazônicas. Um projeto que não reconhece os povos que ali vivem, que resistem e produzem outras formas de existir e de se relacionar com a terra.

Todas as mudanças e transformações vividas pela comunidade de Piquiá de Baixo ao longo dos anos foram respostas diretas à indignação diante de uma realidade de violações de direitos. A luta por moradia digna, saúde, trabalho, autonomia e preservação ambiental é também uma luta por memória, identidade e pertencimento. E, nessa trajetória, as mulheres seguem sendo protagonistas da esperança, da reconstrução e da busca por reparação integral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. L. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contrastes: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA – São Luís**, 2012.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARROSO, B. O. **A constituição do sujeito de aprendizagem: uma perspectiva da aprendizagem situada na alfabetização de jovens e adultos no Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - CEDEP – DF**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18638/1/2015_Bet%c3%a2niaOliveiraBarros_o.pdf. Acesso em: 05 de fev. 2024.

BARBIER, R. A Pesquisa-ação. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BRASIL, ONU MULHERES; PACTO GLOBAL. Brasil e a Rede **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Brasília: ONU MULHERES, B 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf. Acesso em: 4 de abr. 2024.

BENITEZ, S.; SOUZA, S. A. de. O materialismo histórico dialético enquanto enfoque metodológico para Pesquisas sobre políticas públicas da Educação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO: LÊNIN, 6., 2014. Anais [...]. São Paulo: FFLCH/USP, 2014.p. 1-14.,

BERTOLDO, T. A. T. **Roda de conversa como estratégia promotora de capacidades de pensamento crítico**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: TASSIA_ALEXANDRE_TEIXEIRA_BERTOLDO.pdf (ufs.br). Acesso em: 1 de mai. 2024.

BECKER, B. K. Dinâmica urbana na Amazônia. In: __Clécio Campolina Diniz, Mauro Borges Lemos. Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 401-428.

CARVALHO, Edmilson. A produção dialética do conhecimento. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda., 2008.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n.2, p. 221-236, jul./dez. 2003.

DOMINICÉ, Pierre. A biografia educativa: instrumento de investigação para a educação de adultos. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). O método (auto)biográfico e a formação. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 143–153.

DOMINICÉ, Pierre. O que a vida nos ensinou. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). O método (auto)biográfico e a formação. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 189–222.

SANTOS, T.P. dos et al. Adeus à resignação? Mulheres antagonistas aos projetos minerários no Município de Riacho dos Machados. **Revista do Departamento de Ciência Social da Unimontes**, Montes Claros, v.8, n.2, p. 115-135, jul./dez. 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (FIDH); JUSTIÇA NOS TRILHOS (JNT). – **Piquiá foi à luta**: um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações de direitos humanos relacionadas à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia, Brasil, Paris: FIDH, 2019.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. **Mineração e violações de direitos**: O Projeto Ferro Carajás S11D da Vale S.A. Açailândia, (MA: Plataforma DHESCA, 2013. 92p.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". Educação & Sociedade, Campinas, v.23, n.79, p.257-272, 2002. DOI: 10.1590/S0101-73302002000200013.

FREIRE, P. Quatro cartas aos animadores de Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe. In: BEZERRA, A.; BRANDÃO, C. (Org.). A questão política da educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Prefácio de Ernani Maria Fiori. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 197462 _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 17ª ed. 23ª Reimpressão, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. Organização de Ana Maria Araújo Freire e Erasto Fortes Mendonça. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 30. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf Acesso em: 30 de mar, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GASPARIN, Larissa Souza. Travessia entre linhas: notas e devaneios sobre bordado, luto e memória. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo v. 35, n. 2, p.115-21, jun. 2001. DOI: 10.1590/S0080-62342001000200004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): Açailândia: histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/historico>: Acesso em: 14 de mai. 2024.

JOSSO, Marie-Christine. As narrativas centradas sobre a formação durante a vida como desvelamento das formas e sentidos múltiplos de uma existencialidade singular-plural. Tradução de Eric Maheu. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 17, n. 29, p. 17–30, jan./jun. 2008.

JÚNIOR, T. A. B. **Siderúrgicas em Açailândia (MA)**: os desafios socioambientais desta atividade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

LOIOLA, E. **Diferenciações na produção siderúrgica e implicações para o desenvolvimento na Amazônia Oriental Brasileira**. 2010. 304.f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LOIOLA, E. **Vantagens competitivas espúrias e limites para o desenvolvimento local**: o caso da indústria siderúrgica de Açailândia. 2005. 190f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) _ Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MARCONI, M. a de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. -São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. et al. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 9-23.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILANEZ, B. **A Ferro e Fogo: Impactos da Siderurgia Para o Meio Ambiente e a Sociedade Após a Reestruturação dos Anos 1990**. 2008.

_____. **A Expansão da Siderurgia no Brasil: Perspectivas da Justiça Ambiental**. 2009. (Texto em construção com o Grupo Articulação Siderurgia Rede Brasileira de Justiça Ambiental (<http://www.justicaambiental.org.br>)).

NETO, B. V. et al. Violência sob o olhar de adolescentes: intervenção educativa com Círculos de Cultura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v.68 n.4, p. 719-724, jul./ago.2015

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Autonomia e complexidade. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 9, n. 1, p. 77–127, jan./jun. 2006.

PESTANA, T. V. **Os impactos socioambientais decorrentes da atividade siderúrgica na comunidade Piquiá de Baixo em Açailândia/MA**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2013.

PEREIRA, M. C. G. *Bordado: sua história, seus silêncios*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Miguilim, 2023.

PIMENTEL, S.; MENDES, M. **Estereótipos de gênero: como são julgados os crimes de estupro e demais violências sexuais contra as mulheres?** São Paulo: Matrioska, 2023.

PRAÇA, M. **Conhecer seu corpo e a si mesma como potência de vida e de luta**. In: TEIAS de Luta: narrativas feministas em resistência aos megaprojetos. Rio de Janeiro: Pacs, 2021.

REIS, W. **Organização Econômica da Amazônia Oriental: uma reflexão a partir do desenvolvimento da siderurgia na cidade de Açailândia**. 2012. Monografia (**Graduação em Geografia**) - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz, 2012.

ROSSINI, R. E. **As geografias da modernidade – geografia e gênero – mulher, trabalho e família: o exemplo da área de Ribeirão Preto – SP**,.Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 12, p.11-20, 1998.

SANTOS, Mariana Lucena Sousa. Direitos humanos e empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero. *Justiça nos Trilhos*, 2020. Disponível em: <https://www.justicanostrilhos.org>. Acesso em: 6 out. 2024.

SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS, 1., 2021, São Paulo. Povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório. Coord. Sabrina Duran. São Paulo: Justiça nos Trilhos, 2021.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FRANÇA, M. N. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses**. 5.edição. rev. atual. Uberlândia: EDUFU, 2005.

SOUZA, A. P.de. As mulheres nos movimentos sociais de moradia – a cidade sob uma perspectiva de gênero. *Humanidades em Diálogos*, v. 5, p. 1-13, 2013.

SOUZA, J. de M. **A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e as suas implicações na região Tocantina**. Imperatriz: Ética, 2009.

SOUZA, J. de M. **Enredos da dinâmica urbano-regional sul-maranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz**. Uberlândia:

EDUFU, 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

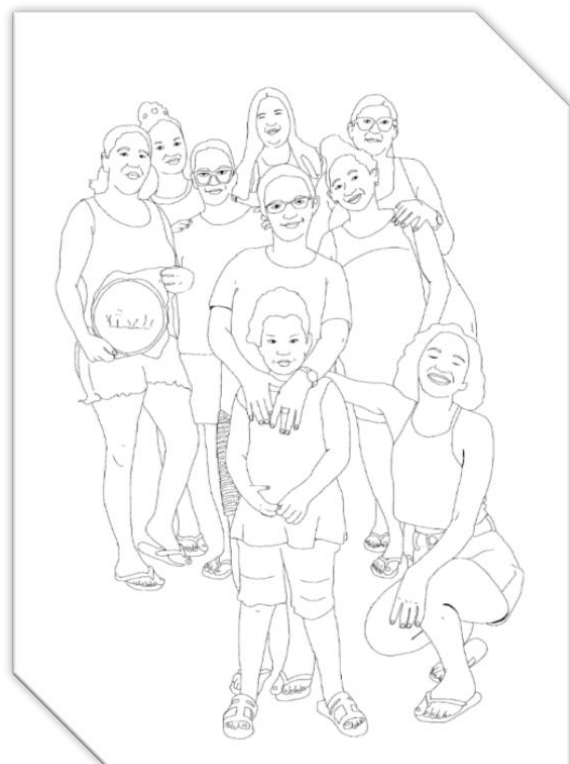
TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

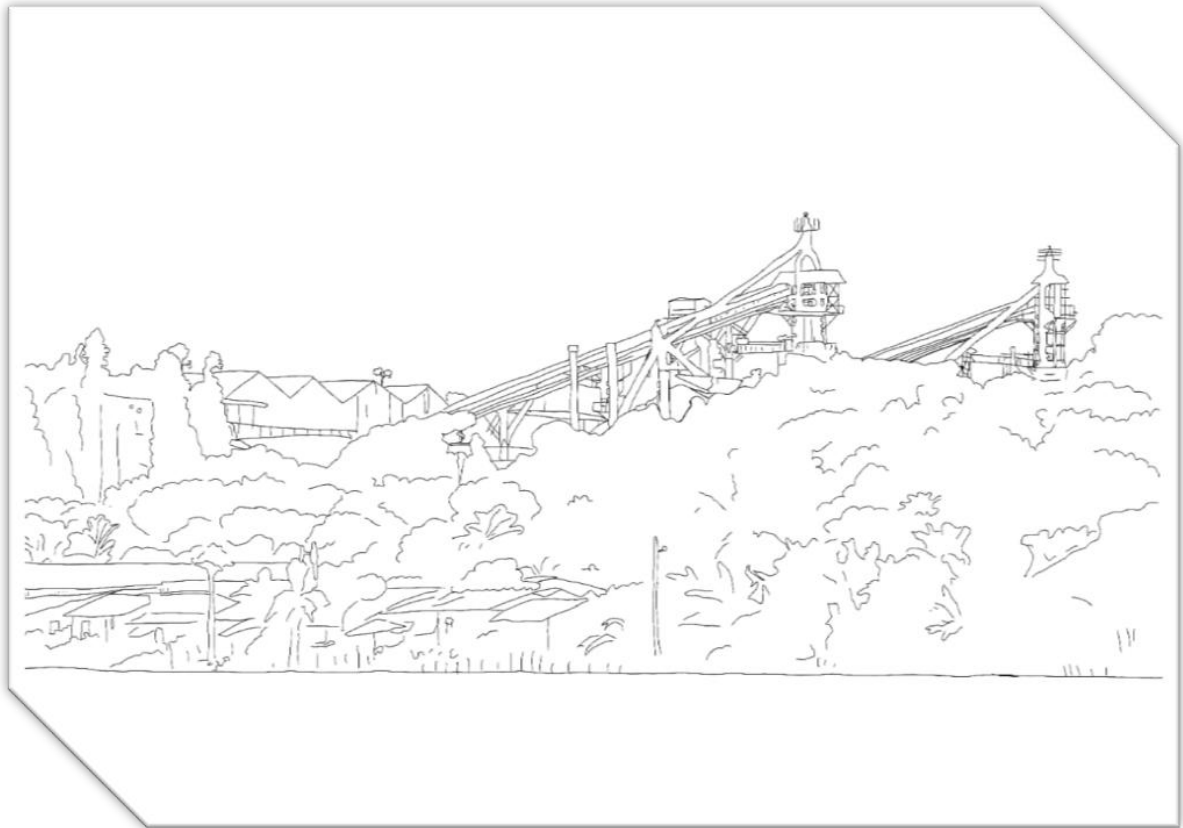
TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da; PEREIRA, José Carlos Matos. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313–342.

TRILHOS, Justiça nos. Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero. Fevereiro, 2020. Disponível em: www.justicanostrilhos.org, Acesso em: 25 out. 2023.

VIEIRA, S. Açailândia, eixo do Maranhão. Imperatriz: Ética Editora, 2010. Disponível em: <https://www.justicanostrilhos.org>. Acesso em: 15 abr. 2022.

WARSCHAUER, Cecília. A escuta e o diálogo na escola: compromisso ético com o aluno. São Paulo: Ática, 2001.

ANEXO A – REGISTROS DO PROCESSO DA OFICINA DE BORDADO LIVRE





ANEXO B – REGISTROS DOS BORDADOS PRODUZIDOS NA OFICINA



ANEXO C – BORDADOS PRODUZIDOS A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA



